



santa maria da feira

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

### EDITAL

AMADEU ALBERTINO MARQUES SOARES ALBERGARIA, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira:-----

TORNO PÚBLICO que, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se afixa, no átrio do edifício dos Paços do Concelho, em anexo ao presente edital e do qual faz parte integrante, a ata da sessão ordinária desta Assembleia Municipal de 2 de dezembro de 2019, aprovada na sessão ordinária de 17 de fevereiro de 2020, e vai outro de igual teor ser publicado no sítio da Internet do Município de Santa Maria da Feira.-----

Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 18 de fevereiro de 2020.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

  
(AMADEU SOARES ALBERGARIA)



ATA N.º 15 – No dia 2 de dezembro de 2019, na cidade de Santa Maria da Feira, no auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às 20 horas e 45 minutos, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, integrando ainda a Mesa a Sr.ª Maria José Ferreira dos Santos, 1.ª Secretária da Mesa, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Eleição de candidato a novo membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto;
- 2 – Ata N.º 14 – Sessão Ordinária de 27 de setembro de 2019;
- 3 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;
- 4 – Mapa de Pessoal para 2020;
- 5 – Opções do Plano e proposta do Orçamento Municipal para 2020;
- 6 – Contrato-Programa para 2020 a celebrar entre o Município e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.  
- Autorização para celebração do contrato-programa;
- 7 – Revisão da Carta Educativa do Município de Santa Maria da Feira;
- 8 – Desafetação do domínio público municipal para o domínio privado do Município de parcela de terreno sita no Lugar do Pontão/Eiras de Baixo, em Santa Maria da Feira (antigo Palácio da Justiça);
- 9 – Desafetação do domínio público municipal para o domínio privado do Município de parcela de terreno sita no Lugar da Igreja, em Fornos (Centro Escolar de Fornos);
- 10 – Critério de imputação da dívida orçamental da Área Metropolitana do Porto a cada município associado;
- 11 – Adenda ao contrato interadministrativo de Delegação de Competências – Autoridade de Transportes, entre a AMP e o Município;
- 12 – Alteração à Postura de Trânsito de Santa Maria da Feira;
- 13 – Situação em que se encontra a Escola Básica e Jardim de Infância de Santo António - Rio Meão (ao abrigo do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento);
- 14 – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira



esp.  
[Handwritten signature]

- Designação de uma pessoa de entre os cidadãos eleitores para substituição de Sónia Manuela Sousa Teixeira, designada pela Assembleia Municipal por deliberação de 01/02/2019;-----

15 – Cedência e reconversão das instalações camarárias da antiga escola da Carvalhosa, em Arrifana, para casa das associações de Arrifana (ao abrigo do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento). -----

-----  
A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Sr. Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos Srs. Vereadores Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Vítor Carlos Latourrette Marques, Helena Maria de Sá Portela, António Gil Alves Ferreira, António Milton Topa Gomes, Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso, António Ferreira de Bastos, Lia Andreia Cristóvão Ferreira e Délio Manuel Ferreira Carquejo. -----  
Não esteve presente a Sr.ª Vereadora Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira. -----

-----  
O Sr. *Presidente da Assembleia* declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes. -----

Dando início aos trabalhos, deu nota da impossibilidade do 2.º Secretário da Mesa da Assembleia, Mário Jorge de Castro Reis, estar presente na sessão, pelo que havia a necessidade de completar a Mesa. -----

Convidou, para esse efeito, a deputada municipal Eva Lúcia Fernandes da Costa, do grupo municipal do PSD, a qual aceitou o convite e tomou o respetivo lugar na Mesa, como Secretária da mesma. -----

-----  
De seguida, informou da entrada na Mesa de 4 credenciais de delegação de representação para a presente sessão, dos Presidentes das seguintes Juntas de Freguesia: -----

- Milheirós de Poiares: Manuel António Martins de Melo (IND) – delegou a representação no Secretário do Executivo: Carmindo Joaquim Leite de Bastos;-----
- Romariz: Anacleto de Sousa Costa (PSD) – delegou a representação no Secretário do Executivo: Nuno Joel Valente de Sousa Rocha;-----
- União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros: José Carlos Baptista Martins (PSD) – delegou a representação no Secretário do Executivo: João Filipe Ferreira Leite;-----



• União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: Fernando Luís Milheiro de Pinho Leão (PSD) – delegou a representação no Vogal do Executivo: Fernando Adriano de Sousa Pinho. -----

Informou, ainda, que os membros António André da Silva Topa (PSD), Aldina dos Reis Camboa Cabral (PSD), Jorge Manuel Ferreira Ferreira (PSD), Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro (PS) e Moisés Salvador Coelho Ferreira (BE), solicitaram ser substituídos na presente sessão, pelo que, nos termos legais e regimentais, são substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir das respetivas listas, do modo a seguir discriminado: -----

• António Topa: substituído pelo João Luís Almeida Cunha – o qual entrou no decorrer da sessão, -----

• Aldina Cabral: substituída pelo José Moreira de Jesus Castro (*uma vez que os cidadãos seguintes da respetiva lista – Maria João Resende Lamas e Cláudia Oliveira Antunes Correia – fizeram comunicar à Mesa da impossibilidade de estarem presentes*) – o qual entrou no decorrer da sessão, -----

• Jorge Ferreira Ferreira: substituído pela Joana Inês Carvalho Coelho Ribas, -----

• Manuel Strecht Monteiro: substituído pelo Eduardo José da Costa Pereira da Rocha (*uma vez que o cidadão seguinte da respetiva lista – Manuel Fernando Brandão Ferreira Custódio – fez comunicar à Mesa da impossibilidade de estar presente*) – o qual entrou no decorrer da sessão, -----

• Moisés Ferreira: substituído pelo Pedro Luís Alves Ferreira. -----

Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 40 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente: -----

*Pelo Partido Social Democrata (PSD):* -----

Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria; Maria José Ferreira dos Santos; José Manuel Milheiro de Pinho Leão; Regina Maria Gonçalves da Silva; Susana Daniela Ferreira da Silva; Serafim Manuel Rocha Guimarães; Eva Lúcia Fernandes da Costa; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Ana Rafael Lima Lamas Barros; Casimiro Loureiro Dias de Pinho; Ana Patrícia Bastos da Cunha; Jorge Paulo das Neves Pereira; Joana Inês Carvalho Coelho Ribas; e os



Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Arrifana – Delfim Manuel Oliveira da Silva; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Romariz – Nuno Joel Valente de Sousa Rocha; Santa Maria de Lamas – Lucídio Pereira Dias; São João de Ver – Nuno João Marques Soares Albergaria; São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – João Filipe Ferreira Leite; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – José Henriques dos Santos; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Fernando Adriano de Sousa Pinho;-----

*Pelo Partido Socialista (PS):*-----

Sérgio Manuel Murteira Cirino; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Justino Santos Pinto; Rosa Maria Pinto da Silva; António dos Santos; Henrique Portela Madureira; Lúcia Catarina Azevedo Fernandes; Daniel Tavares Gomes; Tiago Oliveira Amorim Carneiro; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Sanguedo – Valdemar Alves da Silva e da União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade;-----

*Pelo Bloco de Esquerda (BE):* Salomé Almeida Ventura e Pedro Luís Alves Ferreira;-----

*Pelo Partido Popular (CDS-PP):* Ângelo Manuel Andrade Santos;-----

*Pela Coligação Democrática Unitária (CDU):* Filipe Ramiro Tavares Moreira;-----

*Independente (IND):* Carmindo Joaquim Leite de Bastos – em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares. -----

*Entraram no decorrer da sessão:* Carlos Eduardo Soares de Seixas (PSD), Juliana Canedo da Rocha (PSD), João Luís Almeida Cunha (PSD), José Moreira de Jesus Castro (PSD), Manuel Oliveira de Almeida (PS), Maria de Fátima Bastos Oliveira (PS), Eduardo José da Costa Pereira da Rocha (PS), e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Pereira dos Santos (PSD), Fiães – António Valdemar Fontes Pinho Ribeiro (PSD), Fornos – Luís André Dias Ferreira Assunção dos Santos (PSD), Lourosa – Armando Fontes Teixeira (PSD), Mozelos – José Carlos Pinto da Silva (PSD), e Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios (PS).-----

*Faltou à sessão, sem ser substituído:* Presidente da Junta de Freguesia de Rio Meão – Mário



Jorge de Castro Reis (PSD).-----

Seguidamente, e na sequência do decidido pela Assembleia na sua sessão de 23 de novembro de 2017, quanto à omissão da leitura do documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, o Sr. Presidente da Assembleia informou que se encontrava disponível essa relação, bem como os respetivos documentos, para que os deputados municipais os pudessem consultar, caso o pretendessem.-----

É do seguinte teor a síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal entre a sessão ordinária de 27 de setembro de 2019 e a presente sessão:-----

- “Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira sobre “Acessibilidade – Edifícios da responsabilidade da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira” – ofício que, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 27/09/2019; -----
- Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, prestando esclarecimentos no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira sobre “Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e empresa ANO” – ofício que, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 27/09/2019; -----
- Convite do Presidente do Patronato da Fundação Fira de Lleida, ao Presidente da Assembleia Municipal, para visitar a 20.ª edição do Salão Internacional de Equipamentos e Serviços Municipais, Municipalia, que decorreu de 22 a 24 de outubro de 2019;-----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, fotocópia da moção “Melhorar a mobilidade no concelho de Santa Maria da Feira” e do “Voto de condenação à violência contra as mulheres”, aprovados, por unanimidade, por esta Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 27/09/2019, por proposta do Bloco de Esquerda; -----
- Convite do Rancho Regional de Argoncilhe, ao Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na “Escapadela do Resto”, evento realizado no dia 19 de outubro de 2019; --
- Ofício da Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da





- reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 9 de setembro de 2019; -----
- E-mail da Diretora do Departamento de Administração Geral da Área Metropolitana do Porto (AMP), ao Presidente da Assembleia Municipal, informando da consensualização da realização de uma sessão simultânea das 17 assembleias municipais pertencentes à AMP, a levar a efeito no dia de hoje, 2 de dezembro de 2019, para votação de novo membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto, na sequência da renúncia de Cláudia Manuela Ramos Vieira; -----
  - Convite do Rancho Regional de Argoncilhe, ao Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente, no âmbito das comemorações do 81.º Aniversário daquela instituição, na Missa em Memória dos sócios falecidos e no jantar que se seguiu, realizados no dia 26 de outubro de 2019; -----
  - E-mail da Diretora de Serviço de Dados Empresariais do Instituto Nacional de Estatística, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo um conjunto de informação estatística sobre o Município de Santa Maria da Feira; -----
  - E-mail do Secretário-Geral da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo o programa final do colóquio “A Centralização/Descentralização em Portugal: As tarefas locais, regionais e nacionais da Administração Pública”, realizado no dia 25 de outubro de 2019; -----
  - E-mail do Secretário-Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo circular n.º 59/2019 da ANMP e informação necessária para efeitos de participação no XXIV Congresso daquela Associação, realizado nos dias 29 e 30 de novembro de 2019; -----
  - E-mail do Presidente da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, ao Presidente da Assembleia Municipal, enviando cópia da moção subordinada ao tema “Clarificação dos objetivos do Centro Interpretativo do Estado Novo”, aprovada por aquele órgão na sua sessão ordinária de 28 de setembro de 2019; -----
  - E-mail da Omnitur – Agência de Viagens e Turismo, ao Presidente da Assembleia Municipal, relativo a proposta de alojamento para o XXIV Congresso da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses; -----
  - E-mail do Secretário-Geral da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo pareceres jurídicos elaborados pelo



- consultor jurídico da ANAM sobre “Lei da Paridade”, “Gravação de sessões da AM”, “Representação Assembleia Municipal numa Associação de Municípios”, “Uso da palavra pelos vereadores na Assembleia Municipal. Defesa da honra”, “Publicidade das deliberações. Lei 75/2013. Publicação em jornal” e “Órgão colegial. Votação. Quórum. Código Procedimento Administrativo”;-----
- Ofício da Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 23 de setembro e 7 de outubro de 2019;-----
  - E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão a realizar no dia 28 de outubro de 2019 – a qual foi adiada, tendo sido realizada no dia 4 de novembro de 2019;-----
  - E-mail da Presidente da Assembleia Municipal da Trofa, ao Presidente da Área Metropolitana do Porto (AMP), com conhecimento a todos os Presidentes das Assembleias Municipais da AMP, pedindo a antecipação da reunião do Conselho Metropolitano da AMP agendada para o dia 6 de dezembro de 2019, pelos motivos invocados no mesmo e-mail;-----
  - E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Abate de árvores em Fiães” – requerimento enviado por e-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos;-----
  - Convite do Grupo Musical Estrela de Argoncilhe, ao Presidente da Assembleia Municipal, para participar nas comemorações do 93.º Aniversário daquela instituição, com a abertura do programa realizada no dia 3 de novembro de 2019 – convite este que foi respondido confirmando a presença do Presidente da Assembleia na cerimónia de abertura bem como na atividade realizada no dia 16 de novembro de 2019, no âmbito das referidas comemorações;-----
  - E-mail da Diretora do Departamento de Administração Geral da Área Metropolitana do Porto (AMP), ao Presidente da Assembleia Municipal, anexando ofício do Presidente do Conselho Metropolitano do Porto no qual é solicitada a convocação de uma reunião desta





Assembleia Municipal para este dia 2 de dezembro de 2019, para que se possa dar cumprimento ao processo eleitoral previsto no artigo 74.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – relativo a eleição de novo membro da Comissão Executiva Metropolitana –, e demais documentação no âmbito do assunto; -----

- Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos e para os efeitos previstos na Lei, o Plano e Orçamento Municipal para 2020, aprovado pela Câmara Municipal na sua reunião extraordinária de 28 de outubro de 2019; -----
- E-mail do Presidente da Assembleia Municipal da Maia, aos Presidentes das Assembleias Municipais da Área Metropolitana do Porto (AMP), dando a conhecer e-mail que remeteu ao Presidente da AMP questionando qual a posição que deve ser tomada pelas Assembleias Municipais da AMP no seguimento da pretensão apresentada pela Presidente da Assembleia Municipal da Trofa, de antecipação da reunião do Conselho Metropolitano da AMP; -----
- Ofício da Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 21 de outubro de 2019; -----
- Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira sobre “Abate de árvores em Fiães” – ofício que, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 07/11/2019; -----
- Convite do Clube Desportivo de Paços de Brandão, ao Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na festa de inauguração do relvado sintético do campo de treinos Januário Monteiro, que se realizou no dia 16 de novembro de 2019; -----
- Ofício da Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Santa Maria da Feira, ao Presidente da Assembleia Municipal, solicitando que esta Assembleia designe alguém de entre cidadãos eleitores para substituir a cidadã Sónia Manuel Sousa Teixeira, que havia sido designada para aquela Comissão por esta Assembleia, por a mesma ter manifestado indisponibilidade para continuar a colaborar com a CPCJ; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Presidente da Assembleia



*[Handwritten initials and signature]*

- Municipal, remetendo dois requerimentos, subordinados aos assuntos “Iluminárias na freguesia de Mozelos avariadas há largos meses” e “Esgotos do canil municipal correm a céu aberto” – requerimentos enviados por e-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; -----
- Convite do Clube de Futebol União de Lamas - Hóquei, ao Presidente da Assembleia Municipal, para participar na “Caldeirada de Natal” que aquela instituição vai realizar no dia 12 de dezembro de 2019; -----
  - Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelos membros Moisés Ferreira e Salomé Ventura sobre “Falhas na Plataforma Edufeira.cm-feira.pt” – ofício que, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, foi enviado àqueles membros em formato digital, por e-mail, em 12/11/2019; -----
  - E-mail do Secretário-Geral da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo documentos no âmbito da iniciativa “ANAM em Diálogo”, realizada no dia 8 de novembro de 2019, em que foram abordadas importantes questões orçamentais e qual o papel das Assembleias Municipais nas mesmas; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo solicitação do grupo municipal do Bloco de Esquerda para inclusão de um ponto na Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 2 de dezembro de 2019, sobre o tema “Situação em que se encontra a Escola Básica e Jardim de Infância de Santo António, Rio Meão”; -----
  - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 2 de dezembro de 2019, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia; -----
  - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 2 de dezembro de 2019, e indicando a respetiva Ordem do Dia;
  - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, o “Projeto de Lei N.º 21/XIV/1.ª - Altera a Lei n.º 2/2011, de 9 de fevereiro, na parte relativa à calendarização da remoção de



9  
10  
11

- amianto em edifícios, instalações e equipamentos públicos”, apresentado pelos deputados daquele Grupo Parlamentar na Assembleia da República; -----
- E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, realizada no dia 25 de novembro de 2019; -----
  - Ofício subscrito pela Vice-Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 2 de dezembro de 2019;-----
  - E-mail do membro deste Órgão – Ângelo Santos, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo solicitação para inclusão de um ponto na Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 2 de dezembro de 2019, sobre o tema “Proposta de recomendação sobre a cedência e reconversão das instalações camarárias da antiga escola da Carvalhosa, em Arrifana, para casa das associações de Arrifana”, fazendo acompanhar a solicitação do respetivo documento habilitante; -----
  - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, o “Projeto de Resolução n.º 51/XIV/1.ª – avaliação da aplicação da Lei N.º 69/2014, de 29 de agosto, sobre a criminalização de maus tratos a animais, proteção aos animais e alargamento dos direitos das associações zoófilas”, apresentado pelos deputados daquele Grupo Parlamentar na Assembleia da República; -----
  - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, relativo a adenda de um ponto à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 2 de dezembro de 2019;-----
  - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, de adenda de um ponto à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 2 de dezembro de 2019; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – Anacleto Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Romariz, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 2 de dezembro de 2019, pelo que se faria representar na mesma pelo Secretário daquela Junta de Freguesia – Nuno Joel
-



*[Handwritten signature]*

- Valente de Sousa Rocha; -----
- Ofício da Sociedade de Revisores de Contas G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda., dirigido conjuntamente ao Presidente da Assembleia Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal, remetendo a Informação do Auditor Externo referente ao 1.º semestre de 2019, do Município de Santa Maria da Feira; -----
  - Ofício da Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 28 de outubro e de 4 de novembro de 2019; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – Aldina Cabral, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 2 de dezembro de 2019, por motivos profissionais, solicitando ser substituída na referida sessão nos termos legais e regimentais; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – António Topa, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 2 de dezembro de 2019, por, na qualidade de Deputado da Assembleia da República, ter de estar presente numa reunião a realizar em Lisboa, solicitando ser substituído na referida sessão nos termos legais e regimentais; -----
  - E-mail por instrução do membro deste Órgão – Manuel Melo, Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando que o mesmo não pode estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 2 de dezembro de 2019, pelo que se faria representar na mesma pelo Secretário daquela Junta de Freguesia – Carmindo Bastos; -----
  - Convite do Centro Social Paroquial de S. Jorge, ao Presidente da Assembleia Municipal, para participar no “Almoço de Natal” que aquela instituição vai realizar no dia 19 de dezembro de 2019; -----
  - Convite conjunto da Agência para a Modernização Administrativa e da Universidade do Minho, ao Presidente da Assembleia Municipal, para participar na sessão pública de apresentação dos resultados do Índice da Presença na Internet das Câmaras Municipais, que contará com a presença da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, a realizar no dia 4 de dezembro de 2019;-----



- Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira sobre “Ligações das Escolas Públicas do município à rede de saneamento básico” – ofício que, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 29/09/2019; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 2 de dezembro de 2019, por motivos profissionais, solicitando ser substituído na referida sessão nos termos legais, informando ainda que seria substituído pelo Pedro Luís Alves Ferreira; -----
- E-mail da Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, convocando-o, na qualidade de membro do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira, para uma reunião a realizar por aquele Conselho no dia 13 de dezembro de 2019, informando a ordem de trabalhos da mesma;-----
- E-mail por instrução do membro deste Órgão – Jorge Ferreira, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando que o mesmo não pode estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 2 de dezembro de 2019, por motivos pessoais, pelo que solicita ser substituído na sessão, nos termos regimentais;-----
- Diversos jornais e revistas.”-----

De seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia* informou que, conforme acordado pela Comissão Permanente desta Assembleia, passaria, desde já, a submeter à apreciação da Assembleia os pontos n.º 1 e 14 da Ordem do Dia, os quais envolvem votação por escrutínio secreto, antecipando, portanto, a votação desses assuntos. -----

Verificando a concordância da Assembleia quanto a tal proceder, deu nota que, primeiramente, se iria realizar a votação do ponto n.º 14 e, depois, a votação do ponto n.º 1, isto porque a votação do ponto n.º 1 deve ocorrer em simultâneo pelas 17 assembleias municipais que integram a Área Metropolitana do Porto, portanto, às 21h00.-----





**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

**14 – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira** -----  
**- Designação de uma pessoa de entre os cidadãos eleitores para substituição de Sónia  
Manuela Sousa Teixeira, designada pela Assembleia Municipal por deliberação de  
01/02/2019** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado no seguimento do ofício remetido à Mesa pela Sr.<sup>a</sup> Presidente da Comissão em referência, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 14.855, em 7 de novembro de 2019 – documento esse enviado, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Referiu ter entrado na Mesa uma única proposta, apresentada pelo membro Sérgio Cirino, do grupo municipal do Partido Socialista, propondo, para o efeito, a designação do Professor Adelino dos Santos Sousa, a qual se faz acompanhar de uma breve apresentação do referido cidadão – documentos esses igualmente enviados, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto e por maioria, com 36 votos a favor, 1 voto contra e 3 votos em branco, designar o cidadão Adelino dos Santos Sousa para substituir a cidadã Sónia Manuel Sousa Teixeira na Comissão em epígrafe.-----

*Entraram os membros Juliana Rocha, Maria de Fátima Oliveira e Armando Teixeira.*-----

**1 – Eleição de candidato a novo membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado no seguimento do pedido remetido à Mesa pelo Sr. Presidente do Conselho Metropolitano do Porto, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 14.471, em 30 de outubro de 2019 – documento esse enviado, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Fez sobressair que este processo eleitoral está a ser feito, em simultâneo, pelas assembleias municipais dos municípios que integram a Área Metropolitana do Porto, fazendo notar que os Srs. presidentes de junta de freguesia, ou seus representantes, não participam nesta votação, estando a mesma reservada apenas aos membros eleitos da Assembleia Municipal, com base





nos quais se apura o quórum, e que deve ser feita por escrutínio secreto, sob pena de nulidade, nos termos do artigo 74.º, números 4, 5 e 6 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

De seguida, a Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto, com 24 votos a favor e 4 votos em branco, aprovar a candidata proposta, Carlota Ferreira Brás César Teixeira, para membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto.-----

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, informou da existência de 7 documentos para serem apreciados – 2 moções da CDU, 3 recomendações do BE, 1 recomendação e 1 voto de saudação do CDS-PP – que, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão e que foram enviados, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. -----

Informou que concederia a palavra aos proponentes dos documentos para fazerem a apresentação dos mesmos e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais para se pronunciarem sobre tais documentos.-----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU), que apresentou e explanou as duas moções que, seguidamente, se transcrevem: -----

“MOÇÃO: ELIMINAÇÃO DAS PORTAGENS NA A29 -----

Considerando que: -----

A introdução de portagens nas chamadas SCUT, para além de não resolver nenhum problema de ordem financeira, constituiu uma tremenda injustiça para as populações afetadas; -----

A introdução de portagens na A29 teve graves consequências para as populações que viram o seu poder de compra diminuído, assim como o tecido económico; -----

Além de agravar as dificuldades económicas dos utentes, já duramente afetados por baixos salários e rendimentos, por situações de desemprego e precariedade, esta medida conduz ao agravamento da situação económica de muitas empresas e dificulta em muito a vida de inúmeras pessoas que utilizam esta via para se deslocar diariamente para o trabalho ou para aceder a serviços;-----

Grande parte da população da Área Metropolitana tem o seu posto de trabalho fora do seu



concelho de residência, constituindo o preço das portagens um custo acrescido e muitas vezes insuportável sobre as famílias, condicionando, não raras vezes, à sua deslocalização para fora do concelho; -----

Em alternativa, as populações têm recorrido à EN1/IC2, assim como à EN109, com dezenas de passadeiras, semáforos, rotundas e abundantes troços sem passeios que obriga a velocidades muito reduzidas e não constitui nem constituirá uma alternativa viável ao percurso da A29, acarretando perigos para os peões e moradores da envolvente da via; -----

A deslocalização do tráfego para as estradas nacionais e municipais constituiu, antes, uma sobrecarga para as autarquias responsáveis pela sua manutenção, não sendo de ignorar que o aumento de veículos pesados nestes troços leva à sua deterioração acelerada. -----

Posto isto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 2 de dezembro de 2019, delibera: -----

- 1 - Solicitar à Assembleia da República que se pronuncie favoravelmente, aprovando o Projeto de Lei do PCP que consagra o fim da cobrança das portagens na A29; -----
- 2 - Exigir que o Governo elimine as portagens na A29; -----
- 3 - Remeter a cópia deste Moção ao Senhor Primeiro-Ministro e aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República.” -----

-----  
“MOÇÃO: REABILITAÇÃO DA FERROVIA -----

Considerando que a ferrovia: -----

- É uma alternativa ambientalmente mais sustentável comparando com os automóveis; -----
- É uma alternativa mais económica para as famílias se deslocarem; -----
- Tem o potencial, quando bem planeada e executada, de reduzir o tráfego nas cidades, nomeadamente na cidade do Porto constantemente congestionada; -----
- Representa um fator importante de coesão e desenvolvimento do território; -----
- Tem sido negligenciada, especialmente a Linha do Norte e a Linha do Vouga, sendo prova disso o atraso do plano de investimentos do Governo da Ferrovia 2020 se encontra com o seu cumprimento atrasado; -----
- Representa um fator de desenvolvimento para a região e que os referidos atrasos representam um entrave ao desenvolvimento do município e à qualidade de vida de muitos feirenses. -----



Posto isto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 2 de dezembro de 2019, delibera:-----

- 1 - Exigir que o Governo acelere o processo de reabilitação da Linha do Vouga com vista a dar resposta às necessidades das populações;-----
- 2 - Dar seguimento ao plano de Ferrovia 2020 que está já com consideráveis atrasos; -----
- 3 - Dar conhecimento ao Senhor Primeiro-Ministro e demais Grupos Parlamentares da Assembleia da República desta Moção.”-----

-----  
Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP), que apresentou e explanou os documentos que, seguidamente, se transcrevem:-----

“RECOMENDAÇÃO: ACESSO ONLINE DO MAPA MUNICIPAL DE PERCURSOS PEDESTRES DE INTERESSE ECOLÓGICO -----

Após aprovação da recomendação apresentada pelo CDS na Assembleia Municipal realizada no dia 21 de setembro de 2018 vimos alertar para o próximo passo.-----

Sabendo que foi inaugurado e se encontra em funcionamento o site sobre as diversas atividades do município de Santa Maria da Feira, vimos propor que o município disponibilize os diversos mapas pedestres existentes no nosso concelho. -----

Entendemos que é da máxima importância que a Câmara Municipal articule, em conjunto com as Juntas de Freguesia, e que indiquem os vários percursos pedestres existentes no local. - O resultado desta colaboração entre o município e freguesias poderá trazer ao nosso território mais-valias, melhores infraestruturas e maior notoriedade a nível nacional.-----

Em suma é de relevar que o pedestrianismo é uma atividade desportiva não competitiva, praticada essencialmente em ambientes naturais, conferindo aos seus praticantes os benefícios inerentes à prática de atividades ao ar livre, funcionando ainda como uma forma de escapar ao stress e sedentarismo do dia a dia, vivido nas cidades. -----

Esta atividade valoriza o envolvimento do praticante com o meio ambiente dinamizando o turismo de lazer nesses locais. -----

Com esta recomendação propomos à Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida no dia 2 de dezembro de 2019, que delibere:-----

- 1 - Acesso online do Mapa Municipal de Percursos Pedestres de Interesse Ecológico;-----
- 2 - Criação de uma aplicação disponível para quem nos visite.”-----



“VOTO DE SAUDAÇÃO: 44 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO DE 1975-----

Na passada segunda-feira comemorou-se o 44.º aniversário do 25 de Novembro, o movimento que conteve a ala radical do Movimento das Forças Armadas, apoiada pela extrema-esquerda, e determinou a natureza pluralista e democrática do regime político e constitucional português, na senda da consolidação do processo democrático iniciado pelo 25 de Abril. O “25 de Novembro”, ato singular e irrepetível da nossa história, marca indelevelmente o fim da transição revolucionária. -----

O povo português soube, não sucumbindo às manobras táticas e estratégicas de uma franja radical da sociedade portuguesa, que podiam ter resvalado numa guerra civil, rejeitar uma visão autocrática e internacionalista de Portugal. O povo português conseguiu, com firmeza, romper com a ditadura de 40 anos e aceitar um caminho diferente, que nos salvou de uma nova ditadura de sinal contrário. -----

Essa viragem foi decisiva para que Portugal aceitasse pluralmente uma continuidade exemplar na política de integração europeia e ocidental. Com efeito, este entendimento vigorou, nos últimos quarenta e quatro anos, e foi partilhado pela esmagadora maioria do povo português.-- Neste contexto, importa salientar o contributo dos partidos democráticos e a resistência indómita de muitas figuras de relevo, que permitiram que Portugal fosse hoje um país democrático, prestigiado, aberto e tolerante, integrado na União Europeia, em pleno desenvolvimento.-----

É sob o signo dessa unidade feita pela história que celebramos, uma vez mais, o dia que garantiu o caminho pacífico e democrático do nosso povo. Alguns poderão achar que esta evocação é supérflua, outros pugnarão por assinalar este momento como um dia de liberdade e democracia. -----

Assim, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe à Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 2 de dezembro de 2019, que: -----

Aprove um voto de saudação dedicado a todos aqueles que, em 25 de Novembro de 1975, colocaram novamente Portugal na senda da Democracia, da Paz e da Liberdade iniciada a 25 de Abril de 1974. Dar solene testemunho da nossa gratidão a todos os que souberam, com notável apuro militar e grande coragem moral, cumprir o seu dever, bem como prestar comovida homenagem àqueles que tombaram em defesa da liberdade.”-----



94  
[Handwritten signature]

Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE), que apresentou e explanou as três recomendações que, seguidamente, se transcrevem:-----

“RECOMENDAÇÃO: DESPOLUIÇÃO DAS LINHAS DE ÁGUA -----

A poluição, no concelho de Santa Maria da Feira, tem sido um enorme flagelo. Todas as semanas somos confrontados com novas situações que configuram autênticos atentados ambientais no concelho de Santa Maria da Feira. -----

Para além da existência de lixeiras a céu aberto, que o Bloco tem denunciado e que parecem multiplicar-se a cada semana, os recorrentes casos de linhas de água poluídas devem preocupar toda a gente e devem merecer da autarquia uma resposta eficaz. -----

A despoluição das linhas de água no concelho tem sido um assunto que é constantemente ignorado pela autarquia PSD, que continua, por inação, a ser corresponsável pelos atentados ambientais que se verificam. -----

Todas as semanas ficamos a conhecer novos casos, como são exemplo as situações das descargas em Fiães, em Lamas ou em Sanguedo, resultantes da indústria local, as sucessivas descargas no Rio Uíma, que têm impactos diretos na fauna e flora locais, degradando os habitats naturais das espécies ali existentes, os esgotos do canil municipal de Santa Maria da Feira que correm a céu aberto e a falta de saneamento neste município que resulta na poluição do rio Cáster. E isto são apenas os casos recentes de um problema que já se estende há demasiado tempo. -----

O Bloco de Esquerda tem sido uma voz ativa na denuncia destas situações, mas também na criação de proposta para a resolução das mesmas. Contudo, o executivo PSD opta pela resignação perante um problema grave e que configura um enorme perigo, não só para o meio ambiente, mas também para a saúde pública. -----

É necessário, portanto, exigir ao executivo nada menos do que a solução deste problema. A autarquia deve criar mecanismos para identificar todas as linhas de água suscetíveis a focos de poluição e proceder à despoluição das mesmas. Aliado a isso, deve ainda identificar a origem dessa poluição e interceder de forma a punir os responsáveis e a evitar novas situações no futuro. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 2 de dezembro de 2019, recomenda:-----

Que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira proceda à identificação e despoluição de



todas as linhas de água no concelho e crie mecanismos que garantam o cumprimento da lei de forma a evitar novas descargas no futuro.”-----

-----  
“RECOMENDAÇÃO: PLANO PARA A ELIMINAÇÃO DE LIXEIRAS NO CONCELHO-----

As zonas verdes do concelho de Santa Maria da Feira continuam, infelizmente, a ser flageladas por várias lixeiras a céu aberto. Ainda que muitas delas já estejam sinalizadas, na maioria das vezes por denuncia do Bloco, o executivo camarário opta pela inoperância, fazendo destas lixeiras a normalidade da vida em Santa Maria da Feira e transmitindo uma sensação de impunidade para com quem infringe a lei. -----

Existem lixeiras em Santa Maria da Feira nas quais estão presentes todo o tipo de materiais: lixo doméstico, monos, viaturas queimadas, pedaços de azulejos partidos, massa betuminosa entre outros materiais provenientes de obras, que, para além de configurar um enorme perigo para o ambiente, são um perigo para a saúde pública. -----

O que se constata é que o executivo PSD não tem a mínima sensibilidade ambiental e demonstra falta de consciência para os perigos inerentes à existência de lixeiras a céu aberto.--

O Bloco de Esquerda não vai assistir passivamente à total destruição da biodiversidade, à poluição das linhas de água e à redução da qualidade de vida das populações que vivem perto desses amontoados de lixo. -----

A fiscalização exigente visando acabar com este descaramento total é a solução no imediato, mas não é só. O executivo deve aliar a isso a elaboração de um plano que vise a eliminação total de todas as lixeiras no concelho de forma a conseguir garantir um concelho limpo e livre de atentados ambientais. -----

O Bloco de Esquerda continuará a lutar por um concelho ambientalmente sustentável, cumprindo com os requisitos que garantam um concelho avançado e capaz de proporcionar a melhor qualidade de vida, não sendo benevolente para com crimes ambientais.-----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 2 de dezembro de 2019, recomenda:-----

1. Criar um plano de eliminação de todas as lixeiras a céu aberto no concelho, aliando a isso uma fiscalização rigorosa de qualquer situação irregular e que configura um crime ambiental. -
2. Desenvolver campanhas de sensibilização junto da população e das empresas do concelho de forma a garantir a alteração de hábitos prejudiciais ao ambiente.”-----





“RECOMENDAÇÃO: CRIAÇÃO DE ROTUNDAS NA EN 223, DE FORMA A SUBSTITUIR OS TÚNEIS NA ZONA DA CRUZ E PICALHOS -----

Depois de, finalmente, no ano passado as obras de beneficiação da EN 223 terem começado, são de registar as melhorias substanciais na gestão do tráfego nesta via estruturante para o concelho. A EN 223 é uma via que tem uma importância acrescida, não só pelo acesso que permite aos concelhos vizinhos, mas também pelo acesso à A1, A29 e A32. -----

A construção das rotundas nos principais cruzamentos da ligação entre Santa Maria da Feira e São João da Madeira e a melhoria do pavimento solucionaram um problema que se arrastava há vários anos e que contribuía para as longas filas de trânsito que se verificavam.-----

Porém, apesar da melhoria nos pontos intervencionados, o Bloco de Esquerda alerta para os problemas que continuam a existir, nomeadamente na saída da Feira, em Picalhos, que dá acesso à Avenida 25 de Abril, e no nó da Cruz. -----

Ambas as saídas possuem um túnel que faz a ligação a zonas habitacionais, túneis esses que não são de toda uma solução eficaz, quer para o acesso às zonas habitacionais, quer para a gestão do trânsito nas saídas e nas entradas da EN 223. -----

Estas duas rotundas permitiriam atenuar a barreira física que atualmente isola e divide importantes aglomerados populacionais. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 2 de dezembro de 2019, recomenda: -----

Que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira interceda junto das entidades competentes de forma a que sejam construídas duas rotundas na EN 223, nomeadamente na saída de Picalhos e no nó da Cruz, substituindo o propósito dos túneis existentes nessas zonas.” -----

-----  
Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por referir, aludindo à moção da CDU sobre a reabilitação da ferrovia, que os transportes públicos são fundamentais e que, nos tempos atuais, são uma aposta urgente, pelo que o grupo municipal do PS iria acompanhar essa moção que visa a reabilitação da ferrovia.-----

Disse, em relação à moção sobre a eliminação das portagens da A29, que a questão é que existe uma concessão e que essa vai ser sempre paga, ou pelos contribuintes, através do Orçamento de Estado, ou pelos utilizadores das autoestradas. Referiu ser da opinião que é necessário fazer um estudo, a nível nacional, para avaliar a relação custo/benefício das



portagens e ver quais são as mais rentáveis eliminar, ou porque vão fomentar a atividade económica, ou porque vão ajudar as populações, ou por outros fatores. Realçou que, sem esse estudo, corre-se o risco de cada um querer que se elimine as portagens na sua região e, depois, não se chega a eliminar nenhuma, reforçando que o grupo municipal do PS considera que o assunto carece de um estudo e que, por essa razão, se iria abster. -----

Em relação às recomendações apresentadas pelo Bloco de Esquerda fez notar que o grupo municipal do PS iria votar favoravelmente a respeitante à despoluição das linhas de água bem como a referente ao plano para a eliminação das lixeiras no concelho. -----

Destacou que as juntas de freguesia prestam um serviço de excelência, ao ir recolher os chamados monstros a casa das pessoas que telefonam a requisitar esse serviço, mas que ainda existe muita falta de civismo, comentando já ter assistido a pessoas a depositar, meias escondidas, lixo num canto dum terreno ou num caminho mais escuso, sem qualquer necessidade de o fazer. Disse que a verdade é que surgem lixeiras, apesar de não haver necessidade disso, pelo que o grupo municipal do PS tem de acompanhar uma recomendação que é favorável a se acabar com elas, que não pode votar contra, acrescentando que também é preciso, se calhar, melhorar a comunicação e passar melhor a informação para sensibilizar as pessoas relativamente a esta matéria. -----

Sobre a recomendação para a criação de duas rotundas na EN 223, referiu que as rotundas seriam um mal menor, mas que o grupo municipal do PS quer uma solução melhor. Salientou que os dois lugares em questão, a Cruz e Picalhos, já foram abraçados pela cidade de Santa Maria da Feira, a qual já se estendeu para além desses lugares, pelo que construir rotundas nesses sítios iria, apesar de ajudar na circulação do trânsito, prejudicar na ligação da cidade a tais lugares. -----

Frisou que deve ser dada continuidade à cidade, ligando-se, sem barreiras físicas, quem está do lado da Cruz e quem está do lado da Igreja dos Passionistas, bem como quem está do lado da Avenida 25 de Abril e quem está do lado de Picalhos, salientando que se há uma solução melhor entende que deve ser essa a aplicada, mesmo que fosse um pouco mais caro fazê-lo. ---

Referiu que as rotundas seriam uma solução provisória e que o grupo municipal do PS considera que deve haver uma solução melhor e definitiva, até porque os lugares da Cruz e de Picalhos já fazem parte do centro da cidade de Santa Maria da Feira, pelo que vai votar contra a recomendação. -----



91  
[Handwritten signature]

Em relação aos documentos apresentados pelo CDS-PP, deu nota que o grupo municipal do PS é a favor da recomendação do acesso online do Mapa Municipal de Percursos Pedestres de Interesse Ecológico, por entender que é importante a divulgação. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Sérgio Cirino informou que o grupo municipal do PS iria votar contra o voto de saudação respeitante ao 25 de Novembro de 1975 porque, apesar de considerar que foi uma data importante para a correção de alguma orientação que estava a haver após a Revolução do 25 de Abril de 1974, não substitui o 25 de Abril de 1974, apelando para que não se queira procurar substituir a data do 25 de Abril de 1974 porque foi essa que trouxe a liberdade e a democracia a Portugal. -----

-----  
Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou por aludir à recomendação do CDS-PP a propósito do acesso online do Mapa Municipal de Percursos Pedestres de Interesse Ecológico, para dizer que o grupo municipal do PSD a iria votar a favor. -----

Informou que o grupo municipal do PSD também iria acompanhar o voto de saudação dos 44 anos do 25 de Novembro de 1975, realçando que o 25 de Abril de 1974 foi muito importante para Portugal, mas que o 25 de Novembro também foi porque reorientou o 25 de Abril, dado que se estava a querer desviar o processo democrático para uma nova ditadura de esquerda. Disse ser natural que o PCP e o BE votem contra o voto de saudação porque estiveram do outro lado da barricada, mas que lamenta que o grupo municipal do PS tome igual posição e não respeite, sequer, o grande líder socialista que foi Mário Soares, destacando o quanto lutaram Mário Soares e Sá Carneiro, principalmente, para que Portugal tivesse um futuro democrático. -----

De seguida, a respeito da moção da CDU sobre a reabilitação da ferrovia, disse que, o grupo municipal do PSD iria, evidentemente, votar a favor porque, tal como todos os feirenses e, se calhar, como todas as pessoas da região, deseja que a Linha do Vouga seja reabilitada e que a Linha do Norte, e toda a ferrovia, seja uma aposta, não em palavras, mas em obras e concretizações. Disse lamentar que a reabilitação da Linha do Vouga demore tantos anos a ser feita, comentando que muitos, quando estavam na oposição ao Governo, muito criticavam por nada ser feito, mas que, passados mais de 4 anos em que esses estiveram a suportar o Governo, ainda se continua à espera dessa concretização. -----

Referiu, em relação à moção sobre a eliminação das portagens na A29, que o PSD sempre foi



defensor do princípio do utilizador/pagador, comentando que se não forem os utilizadores a pagar é o povo que vai pagar, porque esse dinheiro é preciso para o Orçamento de Estado, e não quer que as pessoas que andam de bicicleta paguem as portagens que os automobilistas utilizam. Realçou que retirar as portagens das SCUT é fazer com que as pessoas que não andam de carro tenham de participar nesse custo, ressaltando que bem gostaria de não pagar portagens, mas que entende que têm de ser os utilizadores a pagar. -----

Sobre a recomendação da criação de rotundas na EN223 disse que a posição do PSD praticamente coincide com a do PS, referindo que o PSD tem lutando, principalmente no caso da Cruz, para que haja uma passagem desnivelada.-----

Salientou que o PSD é a favor da construção de uma passagem desnivelada que possibilite que, para quem segue na EN 223, não seja perturbado nem perturbe terceiros que queiram atravessar essa estrada, acrescentando que a solução que a Câmara preconiza e que propôs ao Governo é a ideal, a qual contempla a passagem desnivelada para quem circula diretamente na EN 223, e fazer uma rotunda para quem quer atravessar, para que as pessoas que vivem ou queiram visitar aquele lado da cidade não sejam prejudicadas. -----

Disse querer, ainda, fazer uma correção ao que é mencionado na recomendação apresentada pelo BE, ressaltando que a EN 223 não liga o nó da autoestrada de Santa Maria da Feira a São João da Madeira, que liga a Arrifana e, sendo totalmente rigoroso, só liga a Escapães uma vez que no cimo da EN 223 está Escapães e só a seguir vem Arrifana, comentando que São João da Madeira é uma coisa longínqua e secundária e que esse erro é um mal oriundo de quem redigiu o documento. -----

Sobre a recomendação respeitante ao plano para a eliminação das lixeiras no Concelho, referiu dever dizer ao BE que não existem lixeiras no Concelho, que o que existem são amontoados esporádicos de lixo, frisando que aquilo que deve ser criticado é a falta de civismo das pessoas até porque existe um serviço que é prestado no Concelho, em que basta as pessoas telefonarem e os chamados “monstros”, como colchões, fogões ou frigoríficos velhos, são recolhidos em suas próprias casas. Salientou que a Câmara, sempre que toma conhecimento dos amontoados de lixo, procede à recolha dos mesmos, reforçando que a Câmara não pode ser criticada pela existência desses porque não tem culpa da falta de civismo das pessoas, comentando que, infelizmente, nem todas têm o civismo necessário para viver em sociedade, daí existirem coimas que, apesar de dissuasoras, não resolvem os problemas



97  
17  
Bto

ambientais. -----

Disse que situação similar acontece em relação à questão da despoluição das linhas de água, destacando que a Câmara está atenta e, sempre que toma conhecimento de algum foco de poluição, participa às entidades com competência nesta matéria, entre as quais a GNR. Realçou que, felizmente, as descargas têm ocorrido com bastante menos frequência do que acontecia há algum tempo, fazendo notar que o grupo municipal do PSD iria votar contra a recomendação porque ela afirma que a Câmara é inoperante, quando isso é mentira, reforçando que a Câmara tem atuado continuamente. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro José Manuel Leão referiu que o BE é prazenteiro em apresentar recomendações e moções nesta Assembleia Municipal, mas que não é coerente porque, a nível nacional, o BE muitas vezes vai contra aquilo que defende nesta Assembleia. --

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que, começando por aludir aos documentos da iniciativa do CDS-PP, disse que, evidentemente, iria votar favoravelmente a recomendação para que o Mapa Municipal de Percursos Pedestres de Interesse Ecológico fique acessível através da internet, para que todas as pessoas possam usufruir disso.-----

Relativamente ao voto de saudação ao 25 de Novembro de 1975, referiu que era para não fazer qualquer comentário sobre o mesmo, mas que tinha de tecer um comentário indireto e sério sobre esta questão. Disse que, volvidos quase 50 anos, não conhece nenhum estudo que seja verdadeiramente independente sobre o 25 de Novembro, e que situação similar se passa em relação ao 25 de Abril, comentando que seria interessante que algum historiador fizesse esse trabalho, para que realmente se percebesse aquilo que foi 25 de Novembro. Referiu que os documentos existentes são todos muito bonitos, mas que nenhum deles refere a questão das armas que estavam a ser distribuídas na preparação de uma guerra civil. -----

Sobre as recomendações apresentadas pelo BE disse, em relação à que aborda a questão da despoluição das linhas de água, que a iria votar, evidentemente, a favor, acrescentando não ser apenas a questão da despoluição que está em causa, que também é necessário reabilitar e introduzir espécies autóctones nos cursos de água, tanto de animais como de plantas, para que voltem a ficar despoluídos e com animais e plantas, tal como eram antigamente. -----

Relativamente à recomendação sobre o plano para a eliminação de lixeiras no Concelho deu nota que também a iria votar, evidentemente, a favor. -----





Quanto à recomendação respeitante à EN 223 disse que, de igual modo, a iria votar a favor, salientando que, contudo, não sabe se aquilo que está a ser feito na EN 223 é o melhor e que importa dizer que, no fundo, está a ser executado um projeto com mais de 30 anos, que lhe parece perfeitamente desajustado da realidade atual, tanto do Município como, principalmente, da cidade de Santa Maria da Feira. -----

Referiu ser da opinião que a rotunda na Cruz seria fundamental até para a redução da velocidade, salientando que os veículos circulam naquele ponto da via, muitas vezes, em excesso de velocidade, quando esse sítio é atravessado pelas pessoas que vão apanhar o autocarro, ou que vão depositar o lixo nos ecopontos, ou que a atravessam por outro motivo qualquer, frisando que, para além disso, tanto o lugar na Cruz como o de Picalhos carecem de iluminação. Salientou que os túneis existentes poderiam ficar única e exclusivamente para a passagem de peões, realçando que essa solução tornaria mais fácil a circulação de viaturas e de peões no acesso aos dois lados da cidade. -----

Sobre a moção que apresentou relativa à eliminação das SCUT na A29, disse partilhar da opinião do PS de que é necessário fazer um estudo a nível nacional, salientando que, contudo, a verdade é que os estudos existentes indicam que as SCUT não foram benéficas, nem para as regiões nem para o País. Realçou que a lógica do utilizador/pagador não pode ser aplicada neste caso porque é sabido que as SCUT estão a ser pagas, por todos, duas ou três vezes, referindo que, em primeiro lugar, foi a União Europeia que pagou a infraestrutura e que, no fundo, todos os portugueses pagaram à União Europeia, e, depois, foi paga através do contrato feito com o Grupo Mello e com um consórcio espanhol. Disse saber que tal situação aconteceu por causa de normas europeias, mas que, apesar disso, o certo é que o Estado português não teve a capacidade de manter as SCUT sob a sua alçada e não foi suficientemente inteligente na escolha do consórcio porque, estando as SCUT sob a alçada de um consórcio espanhol, a mais-valia vai para Espanha quando podia ficar em Portugal, até porque o contrato estabelece que essas empresas têm o lucro garantido. -----

Acrescentou que as SCUT eram muito menos utilizadas na altura da crise, mas que essas empresas tinham o seu lucro garantido e era o Estado que metia o dinheiro, pelo que, portanto, os portugueses pagavam as SCUT quando circulavam nelas e, mesmo que não circulassem, continuavam a pagá-las ao consórcio. Referiu que, além do mais, parte do valor que paga cada pessoa sempre que mete combustível na sua viatura, é referente a um imposto para a





*Handwritten signature*

manutenção das vias, pelo que, mais uma vez, os portugueses estão a pagar as vias. -----  
Concluindo a sua intervenção, o membro Filipe Moreira reafirmou que o princípio do utilizador/pagador não se verifica nas SCUT e que estas não foram benéficas para as populações, nem para Portugal, pelo que, por isso, a CDU continuará a defender a revogação desses contratos.-----

-----  
Interveio o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) que começou por dar nota que iria acompanhar todas as recomendações apresentadas pelo BE. -----

Referiu, em relação à questão das lixeiras, que quando se diz que há lixeiras no Concelho não quer dizer que elas sejam legalizadas, ressaltando que há muito lixo espalhado pelo Concelho e que há muita falta de civismo, focando que o plano recomendado pode ser uma forma dissuasora e pode criar condições para que as pessoas percebam que é para o bem-estar de todos.-----

Sobre a criação de rotundas na EN 223 disse que, no caso de Picalhos, viu nascer e crescer aquela estrada e que, infelizmente, o plano ficou a meio, não tendo sido construído o que foi prometido, designadamente as passagens superiores que estavam previstas para dar acesso àquele espaço. Referiu que, na falta dessa infraestrutura, nem que fosse com uma rotunda, comentando ser lamentável que, nos dias de hoje, aquele aglomerado populacional tenha de atravessar a EN 223 naquelas condições para ter acesso àquela localidade. -----

Disse que o caso da Cruz é mais complexo, mas que, se calhar, a receita é a mesma, seja com passagens desniveladas ou com rotundas, frisando que é preciso encontrar uma solução porque é lamentável que a cidade de Santa Maria da Feira tenha crescido da maneira como cresceu e tenha as condições que tem. -----

Quanto à questão da despoluição das linhas de água disse considerar que as linhas de água, bem como todas as infraestruturas da natureza, devem ser preservadas e requalificadas quando estão em mau estado e que o poder político, mais do que ninguém, tem de tomar providências e assegurar esses mesmos serviços. -----

Em relação à moção da CDU pela eliminação das portagens na A29 disse que, apesar de perceber as considerações feitas pelo membro Filipe Moreira a este propósito, o CDS-PP também é apologista do princípio utilizador/pagador, pelo que, por isso, iria votar contra essa moção. -----



dy  
F.  
Costa

Concluindo a sua intervenção o membro Ângelo Santos informou que, no respeitante à moção da CDU sobre a reabilitação da ferrovia, a iria votar a favor, dizendo esperar que, desta vez, a mesma se concretize e não se volte a adiar por mais quatro anos aquilo que foi prometido como grande bandeira eleitoral.-----

-----  
Interveio o *Sr. Presidente da Câmara*, o qual pediu a palavra para dar algumas notas que disse entender importantes relativamente a algumas das matérias em discussão. -----

Referiu, sobre a questão da poluição das linhas de água, que vê com agrado que a população se preocupe em identificar as fontes de poluição, salientando que, aquando do início do projeto da rede de saneamento e, principalmente, da despoluição do Rio Uíma, afirmou, ainda era vereador do Pelouro do Ambiente, que tal ia pôr a descoberto qualquer infração e que todas as pessoas passariam a ser fiscais dessa poluição, frisando ser isso que está a acontecer e que regista com agrado a atuação que está a haver na comunidade.-----

Em relação às lixeiras a céu aberto disse querer dar nota que o Concelho não tem lixeiras, que a última que teve foi a de Canedo, há mais de 20 anos, a qual foi selada, acrescentando que, atualmente, pode existir uma ou outra montureira, mas que isso acontece mais por falta de civismo do que por qualquer outra coisa. Realçou que quando é detetada uma montureira a Câmara, em conjunto com as Juntas de Freguesia, procede à remoção do lixo o quanto antes, sublinhando, ainda, a existência do serviço de recolha ao domicílio de objetos volumosos, chamados monstros, que a Câmara tem em parceria com as Juntas de Freguesia. -----

Sobre as rotundas na EN 223 disse querer dar nota que a opção da Câmara passa pela existência de um túnel na zona da Cruz, salientando ser uma solução tecnicamente muito complexa e que tem um custo estimado de cerca de 10 milhões de euros, informando que, como já disse publicamente por diversas vezes, a Câmara já apresentou o respetivo estudo prévio na Infraestruturas de Portugal, S.A., bem como ao Sr. Ministro e ao Sr. Secretário de Estado. Referiu que, portanto, o trânsito de atravessamento, na zona da Cruz, passaria num túnel e o trânsito da cidade seria feito pela parte superior, através de uma rotunda, ficando desse modo a cidade ligada para os dois lados, fazendo sobressair que foi essa opção que foi apresentada e que julga que todos estarão em sintonia com ela. -----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara disse que, embora vá ser difícil, espera que haja a possibilidade de fazer esse protocolo com o Estado, dando nota que a



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

Câmara, inclusivamente, disse ao Sr. Ministro que estaria na disposição de pagar o projeto de execução, que custará à volta de meio milhão de euros, bem como de compartilhar o custo da obra na ordem dos 20 a 30%, representando um esforço muito significativo do orçamento municipal. -----

*Entraram, no decorrer da discussão, os membros João Cunha, José Castro, Carlos Seixas, Manuel de Almeida, Eduardo Rocha, Manuel Santos, António Valdemar Ribeiro, Luís André Santos, José Carlos Silva e Rui Alves Rios.* -----

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a votação os documentos a seguir identificados, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

– *Moção “Eliminação das portagens na A29”, apresentada pela CDU:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 3 votos a favor da moção (BE: 2, CDU: 1), 34 votos contra (PSD: 33, CDS-PP: 1) e 16 abstenções (PS: 15, IND: 1), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Moção “Reabilitação da Ferrovia”, apresentada pela CDU:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 53 votos a favor (PSD: 33, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Recomendação “Despoluição das linhas de água”, apresentada pelo BE:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor da recomendação (PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1) e 33 votos contra (PSD), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Recomendação “Plano para a eliminação de lixeiras no concelho”, apresentada pelo BE: --*

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor da recomendação (PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1) e 34 votos contra (PSD: 33, PS: 1 – Rui Alves Rios),



rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

-----  
- *Recomendação "Criação de rotundas na EN 223, de forma a substituir os túneis na zona da Cruz e Picalhos", apresentada pelo BE:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 4 votos a favor da recomendação (BE: 2, CDS-PP:1, CDU: 1) e 49 votos contra (PSD: 33, PS: 15, IND: 1), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

-----  
- *Recomendação "Acesso online do Mapa Municipal de Percursos Pedestres de Interesse Ecológico", apresentada pelo CDS-PP:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 53 votos a favor (PSD: 33, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

-----  
- *Voto de Saudação "44 anos do 25 de Novembro de 1975", apresentado pelo CDS-PP:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 37 votos a favor (PSD: 33, CDS-PP: 1, IND: 1, PS: 2 - Rui Alves Rios e Francisco Andrade), 15 votos contra (PS: 12, BE: 2, CDU: 1) e 1 abstenção (PS - Valdemar Silva), aprovar o voto de saudação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

-----  
Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia*, uma vez não esgotado o tempo regimental estabelecido para este Período de Antes da Ordem do Dia, abriu as inscrições para o caso de algum membro querer intervir para, por exemplo, colocar alguma questão à Câmara. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Filipe Moreira. -----

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que grande parte das perguntas que são essenciais ao Município vão ser feitas aquando da discussão do Plano e Orçamento Municipal para 2020, no Período da Ordem do Dia desta sessão, salientando que existem algumas questões que têm afligido a CDU e que uma delas é a questão da



*ed*  
*Pa*  
*Casto.*

descarbonização do Município, que também é mencionada nos documentos que referiu, focando que a CDU é, evidentemente, a favor da descarbonização porque considera que é fundamental não só para o Município, mas para o País. -----

Referiu que foi anunciada a aquisição do terreno para o Centro Coordenador de Transportes de Fiães/Lourosa, salientando, a esse respeito, que a CDU entende que, apesar desse ser importante, o da cidade de Santa Maria da Feira seria muito mais importante, pelo que não compreende o porquê de tanto atraso na definição de um local para o executar. Disse que já foram prospetivados muitos locais, mas que, depois, nunca se avançou em nenhum, pelo que a concretização do Centro Coordenador de Transportes na cidade de Santa Maria da Feira continua a ser uma proposta no Plano e Orçamento para 2020, tal como vem sendo há várias décadas. -----

Prosseguindo disse, sobre o Centro Coordenador de Transportes de Fiães/Lourosa, que aquilo que se vislumbra, face às atuais circunstâncias do Município, é que seja o parque de estacionamento das 69 viaturas da Auto Viação Feirense uma vez que Santa Maria da Feira continua sem ter uma rede de transportes públicos e não se antevê um aumento da mesma, ao contrário do que acontece em alguns municípios da Área Metropolitana do Porto, realçando que Santa Maria da Feira será, muito provavelmente, o único município da Área Metropolitana do Porto que não tem qualquer centro coordenador de transportes. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Filipe Moreira disse ser também importante questionar à Câmara, numa altura em que muito se fala na eletrificação do parque automóvel e numa altura em que a própria Câmara tem feito propaganda da aquisição que fez de viaturas híbridas, quantos pontos de abastecimento públicos para viaturas elétricas é que existem no Município de Santa Maria da Feira. -----

-----  
Interveio o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) que começou por colocar uma questão à Câmara relacionada com a Rua do Carvalheiro, em Fornos, salientando que a mesma já está alcatroada há quase um ano e tem as tampas de saneamento e de água completamente cortadas, e que isso põe em perigo a circulação naquela via, questionando qual o tempo de espera para que essa situação seja resolvida. -----

Questionou, ainda, qual o ponto de situação relativamente aos terrenos envolventes do Castro de Romariz, se já há terrenos adquiridos e se já foram escriturados. -----



Disse ser sabido que uma cobertura contendo amianto causa problemas gravíssimos à saúde, questionando se o Sr. Presidente da Câmara estava em condições de informar quais os edifícios públicos existentes no Município que ainda têm cobertura com amianto.-----  
Concluindo, questionou quantos e quais os equipamentos escolares que ainda não estão ligados à rede de saneamento.-----

-----  
Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) para questionar à Câmara quais as iniciativas públicas que realizou no passado dia 25 de novembro, no seguimento do voto de condenação à violência contra as mulheres que foi aprovado por esta Assembleia na sua sessão de 27 de setembro de 2019, no sentido de alertar para o problema, nomeadamente junto da comunidade escolar, tal como consta no referido voto.-----

-----  
Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS), que começou por dizer que tinha duas questões a dirigir à Câmara e que a primeira está relacionada com a cobrança, por parte da Indaqua Feira, de tarifas médias de água e de saneamento, referindo que essa empresa está a enviar cartas às pessoas que consomem menos do que aquilo que eles querem, dizendo que lhes vai cobrar tarifas médias de água e saneamento. Disse que o consumo mínimo já foi erradicado, há muitos anos, em Portugal, mas que, em Santa Maria da Feira, existe o consumo médio, que é superior ao mínimo.-----

Referiu o exemplo de uma família emigrante na Alemanha, composta por 4 pessoas, e que vem passar o mês de agosto à casa que tem em Santa Maria da Feira, e, nesse mês, consome água, pagando a água e o saneamento conforme a água consumida. Salientou que, entretanto, como essa família, nos restantes 11 meses do ano, até tem o passador dessa casa fechado, porque não vai consumir água dali, a determinada altura recebe a carta da Indaqua Feira a dizer que, porque consome pouca água, lhe vai passar a ser cobrado o consumo médio. Disse que, perante tal carta, a família remete o comprovativo em como reside e trabalha na Alemanha, ao que a Indaqua Feira, por sua vez, informa a família que, mesmo não consumindo água, tem de pagar na mesma.-----

Referiu que essa cobrança do consumo médio causa muita injustiça para quem trabalha fora de Portugal e que, para além disso, a considera de legalidade muito duvidosa, questionando à Câmara se tem monitorizado esta situação e para que serve a comissão de acompanhamento

---





da concessão à Indaqua Feira, deixando o desafio à Câmara no sentido de submeter os respetivos relatórios à Assembleia Municipal, para que esta os possa, pelo menos, conhecer. --  
Concluindo a sua intervenção, o membro Sérgio Cirino salientou que a segunda questão era no sentido de saber se, após o rombo tão grande que o Município sofreu, há pouco tempo, da empresa P. Parques, essa empresa está a cumprir o acordo que fez com o Município, comentando que, apesar desse acordo não ser grande coisa para o Município, pelo menos que a P. Parques pague o que foi estabelecido. -----

-----  
Interveio a deputada municipal *Ana Lamas* (PSD), que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve:-----

“No passado dia 26 de novembro foi eleita a nova equipa do Jovem Autarca, pelo que gostaríamos de desejar votos de um excelente mandato ao Bruno Costa e à sua equipa, esperando que esta que é a 6.ª edição do Projeto Jovem Autarca, contemple diversas aprendizagens, muitos projetos e acima de tudo desenvolvimento pessoal. Este é também o momento de felicitar o Bruno Souza e toda a sua equipa pelo trabalho realizado no mandato 2018/2019 e por todos os projetos, ações e iniciativas que colocaram em prática.-----

Este é sem dúvida um projeto de excelência e que desencadeia um sem número de benefícios, desde a aquisição e desenvolvimento de diversas competências e comportamentos, potencia uma atenção centrada no outro e nas necessidades da comunidade, promove a participação dos jovens nas decisões políticas, e valoriza a opinião dos jovens e as suas perspetivas para o futuro, e parafraseando Bruno Souza, no seu discurso no dia 26 de novembro, “Hoje afirmo que me sinto uma pessoa mais ativa, com um olhar diferente sobre a sociedade”.-----

Felizmente, o nosso Município tem sabido analisar em conjunto com a juventude e as juventudes feirenses, os desafios que permanentemente lhes são colocados. Este é um projeto de referência nacional e internacional, e iniciativas como esta são de enorme relevância para garantir que as sociedades estão mais conscientes dos problemas atuais e futuros, pelo que nos cabe congratular a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira pelo desenvolvimento deste projeto.” -----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos, começando por aludir às questões colocadas pelo membro Filipe Moreira. Sobre os centros



coordenadores de transportes informou que, de facto, a Câmara comprou um terreno na fronteira entre as freguesias de Lourosa e Fiães para, ali, contruir um centro coordenador de transportes, e que se estava a iniciar os procedimentos para o projeto de execução.-----

Relativamente ao centro coordenador de transportes a contruir em Santa Maria da Feira disse que esse talvez seja, efetivamente, prioritário, mas que a situação ainda não está resolvida porque a intenção da Câmara é construí-lo em conjunto com o projeto do túnel da Cruz, pois entende que a solução que vier a ser desenvolvida em projeto para o túnel, deve estar associada ao centro coordenador de transportes, frisando que essa é a intenção estratégica. ----

Sobre os postos de carregamento para carros elétricos, disse que existem alguns no Município, poucos, que são privados, dando nota o Município chegou a candidatar-se a 4 postos, se a memória não lhe estava a falhar, que seriam colocados pela MOBI.E, mas que esse processo não foi para a frente. Salientou que todos os postos de carregamento existentes no País estão num processo de revisão profunda porque falta uma entidade gestora destes equipamentos e, sempre que avariam, não há quem faça a manutenção, acrescentando que o Governo até está a lançar um concurso para a gestão e exploração desses equipamentos, e que a Câmara está a acompanhar o assunto para ver qual a melhor solução. -----

Informou, ainda, que existem dois privados que querem avançar para a construção de postos de abastecimento elétrico no Município, dizendo que a Câmara vai esperar pela proposta que vão apresentar para, depois, analisar o enquadramento jurídico, ressaltando que são matérias que ainda estão um bocadinho verdes e sobre as quais ainda não há certezas de como proceder.-----

De seguida, o Sr. Presidente da Câmara passou a responder às questões colocadas pelo membro Ângelo Santos, informando, em relação à questão das tampas na Rua do Carvalheiro, em Fornos, que as mesmas já estão levantadas e que vai ser feito o respetivo remate final das tampas logo que as condições climáticas fossem boas para executar esse trabalho. -----

Em relação aos terrenos envolventes do Castro de Romariz deu nota que já foram negociados vários terrenos, que apenas falta negociar um, dizendo esperar que o assunto fique resolvido em breve. -----

Sobre quais os edificios públicos contendo amianto, disse não saber quantos existem no Município, até porque alguns são da Câmara e outros não são, que alguns até são privados, reafirmando não conseguir fornecer essa informação.-----

*[Handwritten signatures and initials]*



99  
-  
12  
Santa

Quanto aos edifícios escolares que faltam ligar à rede de saneamento informou que, neste momento, essas ligações estão a ser executadas, dizendo esperar que, quando a empreitada estiver concluída, todos os edifícios escolares fiquem ligados à rede de saneamento. -----

Relativamente à questão colocada pela deputada municipal Salomé Ventura, informou que a Câmara desenvolveu várias ações nas escolas sobre a violência contra as mulheres, destacando ainda que o Espaço Trevo, gabinete de intervenção na área da violência doméstica, tem uma atuação permanente no respeitante a essa matéria. Deu nota que, mesmo em frente à Biblioteca Municipal, esteve colocado um outdoor relativo a uma ação que a Câmara fez, em parceria com a GNR, de sensibilização para a questão da violência contra as mulheres. Salientou que Câmara já tem o gabinete Espaço Trevo há alguns anos, associado à Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida, e que este trabalha em parceria com outras entidades, frisando que o Município tem desenvolvido trabalho no âmbito da violência contra as mulheres e que tal não acontece devido à recomendação feita pela Assembleia Municipal. --

Em relação à questão colocada pelo membro Sérgio Cirino sobre a cobrança do consumo médio por parte da Indaqua Feira, disse desconhecer que exista o tipo de correspondência que foi mencionada, pelo que iria averiguar o que se passa. -----

Sobre a questão relacionada com a empresa P. Parques disse que a Câmara está a acompanhar esse processo com muita atenção, salientando que, como já referiu em ocasiões anteriores, a Câmara está a percorrer um caminho com várias etapas até encontrar a solução final, e que essa será, certamente, encontrada a curto prazo. -----

Quanto ao projeto Jovem Autarca, de que falou a deputada municipal Ana Lamas, disse ser um projeto claramente de sucesso, que é imitado em muitos municípios do País, dando nota que, na última edição, vieram três delegações internacionais conhecer o projeto para o implementarem nos respetivos países. -----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara realçou que o projeto Jovem Autarca é dos que mais se orgulha porque tem chamado muitos jovens para uma perspetiva e um olhar diferente da política e tem tido, realmente, um sucesso que é atestado pelo facto de estar a ser implementado noutros municípios portugueses e, até, em outros países. -----

#### PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1 – Eleição de candidato a novo membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto



Assunto tratado no início da sessão (previamente ao Período de Antes da Ordem do Dia).-----

**2 – Ata N.º 14 – Sessão Ordinária de 27 de setembro de 2019** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a apreciação a ata em epígrafe, oportunamente distribuída, dando nota que os membros que não estiveram presentes na referida sessão não poderiam participar na votação da respetiva ata. -----

Sobre esta ata, disse querer dar ainda a seguinte informação. Referiu que, na última reunião da Comissão Permanente, informou de um pequeno lapso que existiu na ata em minuta da sessão em referência, que se prende com a contagem dos votos relativamente ao ponto n.º 6 da Ordem do Dia, respeitante ao Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI. Disse que, aquando da aprovação da ata em minuta, foi lido que a Assembleia deliberou, por maioria, com 37 votos a favor (PSD, CDS-PP, PS: 1), 13 votos contra (PS, BE, IND) e 3 abstenções (PS), aprovar o assunto, mas que houve um lapso nessa contagem dos votos porque é uma impossibilidade ter sido alcançado esse resultado, dada a composição dos grupos municipais. Salientou que o resultado certo é 36 votos a favor (PSD: 34, CDS-PP: 1, PS: 1), 14 votos contra (PS: 11, BE: 2, IND: 1), e as mesmas 3 abstenções (PS), frisando ser este resultado corrigido que consta da ata que vai ser, agora, submetida a votação. Referiu que tal proceder foi adotado de acordo com a informação dos serviços jurídicos que prestam apoio a esta Assembleia Municipal, e que ficou acordado, pela Comissão Permanente, que assim fosse feito. -----

Posto isto, verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor da ata, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a mesma, de seguida, a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 42 votos a favor, aprovar a ata em referência. -----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros João Cunha, Carlos Seixas, Joana Ribas, Carla Adriana Pinto, Filipe Moreira, Delfim Silva, Minervina Rocha, Firmino Costa, Nuno Joel Rocha, João Filipe Leite e Fernando Adriano Pinho. -----

**3 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício



remetido à Mesa e subscrito pela Sra. Vice-Presidente da Câmara, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 15.188, em 21 de novembro de 2019, que remete o V Relatório de 2019 onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, a listagem das obras e fornecimentos adjudicados e o prazo médio de pagamento a fornecedores – documento oportunamente distribuído aos membros da Assembleia Municipal. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto da Ordem do Dia, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em referência. -----

#### 4 – Mapa de Pessoal para 2020 -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 28 de outubro de 2019 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que, pelo que se constata no Orçamento Municipal para 2020, existe um substancial aumento dos custos com pessoal, de 6,84%, representando um aumento de mais de 1 milhão e 200 mil euros. Questionou à Câmara se esse aumento está refletido no Mapa de Pessoal para 2020 e se está relacionado com os 139 postos de trabalho previsionais que constam desse documento. -----

Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que disse querer chamar a atenção para algumas falhas que o documento tem e que podem induzir em erro a quem o analisa, para que possam ser corrigidas, passando a enumerar as mesmas. -----

Disse que, no separador da Divisão de Desporto e Juventude, a área funcional do assistente técnico a contratar não será o 12.º ano de escolaridade. -----

Referiu que, no separador Gabinete de Comunicação e Relações Públicas, existe também uma falha no assistente operacional da área administrativa, uma vez que não é indicada qual é a formação necessária. -----





Ressaltou ainda que, no separador Departamento Jurídico, a soma dos funcionários a contratar não é 7, como está indicado no documento, mas sim 5.-----

Fez ainda notar que, no separador da Divisão de Bibliotecas e Arquivo, há uma vaga para técnico superior de Ciências de Informação e Documentação que só requer uma simples licenciatura, não indicando a área da mesma, frisando que, neste caso, a interpretação do BE é que tal contraria aquela que é a lógica das restantes funções, que obrigam a uma formação específica que se enquadra nas funções a desempenhar. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer, em relação às notas deixadas pela Salomé Ventura, que iria recomendar aos respetivos serviços para verificarem se há alguma retificação a fazer ao documento, comentando que, apesar do mesmo já ter sido visto por muitas pessoas, terá que voltar a ser visto para ver se há algum lapso a retificar. -----

Sobre os custos com pessoal disse que, naturalmente, vão aumentar, e que tal se deve à necessidade da Câmara de admitir funcionários bem como ao descongelamento progressivo das carreiras que tem vindo a acontecer nos últimos tempos. -----

Deu nota que, na administração pública, o processo de admissão de pessoas é muito complexo e moroso, chegando a demorar, muitas vezes, dois anos, ressaltando que essa é uma das situações que tem de ser agilizada. Referiu ser quase impossível gerir um município com largas centenas de trabalhadores e com um prazo de admissão tão longo, comentando que, quando há um funcionário que se reforma ou que deixa de trabalhar na Câmara por algum motivo, existe um hiato de tempo na casa dos dois anos para substituir essa pessoa. -----

Concluindo a sua intervenção, recordou que as admissões estiveram congeladas durante cerca de 10 anos e que isso causou impacto na gestão da Câmara, salientando que, portanto, admite que possa haver algum aumento dos custos com pessoal, não só em 2020 como nos anos seguintes. -----

De seguida, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 36 votos a favor (PSD: 33, CDS-PP: 1, PS: 2 – Rui Alves Rios e Valdemar Silva) e 17 abstenções (PS: 13, BE: 2, CDU: 1, IND: 1), aprovar o Mapa de Pessoal dos serviços municipais para o ano de 2020 – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----





**5 – Opções do Plano e proposta do Orçamento Municipal para 2020-----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 28 de outubro de 2019 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que, passado mais um ano, a verdade é que há promessas que se mantêm, algumas com validade de décadas, promessas essas feitas pelos sucessivos Executivos do PSD.-----

Referiu que a criação do Centro Coordenador de Transportes em Santa Maria da Feira não é exceção, comentando que, se se estiver à espera do túnel, bem que só daqui por 30 anos, se calhar, é que pode ir ver o túnel.-----

Disse, relativamente à descarbonização e à mobilidade no Município, que importa questionar o que é que tem sido feito para integrar o Município na Linha do Vouga, e não só integrar a Linha no Município. Ressaltou que a Linha do Vouga tem mais de 100 anos e que, como é do conhecimento geral, está degradada, prestando um serviço que não é bom, havendo estações que nem estacionamento têm, frisando que, por exemplo, a reabilitação da estação de Santa Maria da Feira é uma promessa que tem sido feita e cuja concretização ainda se aguarda.-----

Salientou que, no documento, também é referido um superavit que é muito enaltecido por parte da Câmara e pelo seu Presidente, na mensagem introdutória que consta do documento, mas que, na perspetiva da CDU, esse superavit representa apenas uma falta de planeamento de um processo de 4 anos, em que se cativa na primeira parte do mandato para, depois, se dar a sensação que se está a fazer muita obra na segunda parte do mandato, acrescentando que esta falta de atividade não é somente destacada pela CDU, que também é destacada por vários presidentes de Junta de Freguesia, nomeadamente do PSD, que se têm queixado da falta de obras e de promessas por cumprir nas suas freguesias.-----

Disse que outro dos temas mais mencionados é a reabilitação das vias, ressaltando, sobre isso, que a verdade é que há estradas que já estão à espera para ser intervencionadas desde 2010, comentando que quem vai para Travanca sabe o estado de degradação em que estão as ruas dessa freguesia, a qual, agora, pertence à União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo. Salientou que esse é mais um exemplo da falta de planeamento

---



da Câmara, que se vê pelo atropelo nas diferentes fases de pavimentações das ruas, pela aplicação de materiais de fraca qualidade e, muitas vezes, por as pavimentações serem feitas à chuva e com temperaturas inferiores a 13 graus, comentando que basta ver a situação ocorrida junto ao Monumento ao Centenário do Clube Desportivo Feirense, em que, passados 15 dias, já se andava novamente a repor o piso naquela rua. -----

Referiu ter também reparado na referência feita à colocação da sinalização horizontal, salientando que a verdade é que já lá vão, pelo menos, quatro anos de atraso em algumas vias, pelo que espera que a colocação da sinalização horizontal nessas estradas se concretize em 2020, mencionando que o Sr. Presidente da Câmara passa frequentemente numa dessas ruas, a Rua do Monte Grande, quando vem de Fiães para Santa Maria da Feira, questionando há quantos anos não está essa rua à espera de ser pintada. -----

Prosseguindo, aludiu à área da Educação para dizer que é verdade que há uma forte aposta na internacionalização e que isso é um fator de motivação para os professores e alunos, o que é de salutar e de saudar, mas que não podia fazer muitos elogios para não dar aso a que o Sr. Presidente da Câmara viesse dizer que a oposição só faz elogios. Realçou que a CDU tem várias preocupações em relação à Educação, focando a falta de proatividade na eliminação de telhados com amianto, em que foram identificados três casos, bem como o atraso na ligação de escolas básicas à rede de saneamento, ressaltando que, apesar da Câmara dizer que está a fazer esse trabalho, o certo é que algumas ainda não estão ligadas à rede. -----

Disse que a CDU também está preocupada com as visitas da ASAE a escolas do Concelho, pela falta de condições destas, fazendo notar que este assunto vai ser tratado num dos pontos da Ordem do Dia desta sessão, agendado por iniciativa do Bloco de Esquerda. -----

Referiu que a CDU está preocupada com o deficiente transporte escolar, porque os autocarros chegam muitas vezes atrasados e vão sobrelotados, bem como está preocupada com o deficiente parque tecnológico existente nas escolas, ressaltando que o Sr. Presidente da Câmara tem mencionado a aposta na programação, mas que, na verdade, o parque tecnológico existente está desatualizado. Realçou que esse é, aliás, um problema nacional, mas que constata que, nesta matéria, o Município está atrasado relativamente a outros municípios vizinhos. Frisou ainda que, na área da Educação, falta, evidentemente, fazer a Escola Secundária de Paços de Brandão. -----

Disse, relativamente ao Ambiente, que também não se regista uma verdadeira política



ambiental de preservação e estímulo de boas práticas, a começar pela recolha do lixo, salientando que a recolha diferenciada ainda não chegou a todas as freguesias, apesar de saber que há essa intenção. Referiu haver a ausência de opções por plantas autóctones nos jardins, que culmina com a colocação de tapetes de plástico verde nas rotundas, comentando que tal ação, de verde, só mesmo a cor do plástico. -----

Salientou que, no que respeita à questão do bem-estar animal, surgem muitas propostas de circunstância quando é sabido que o canil municipal nem sequer estava ligado à rede de saneamento básico e tinha um esgoto a correr a céu aberto. -----

Referiu que outro aspeto é a ação social, focando que se regista um atraso nas obras nos bairros municipais de habitação social e que algumas já estão prometidas há mais de dois anos, nomeadamente o bairro localizado na freguesia onde reside o Sr. Presidente da Câmara, Fiães. Salientou ainda que, sabendo-se o valor dos imóveis e da atual situação do setor imobiliário no Município, e no País em geral, há, na perspetiva da CDU, a ausência de um projeto para casas a custos controlados, como já aconteceu no passado, fazendo notar que um aspeto que está registado na Carta Educativa é precisamente a desertificação em algumas das freguesias, e que isso podia ser colmatado com projetos de casas a custos controlados. -----

De seguida disse, quanto à questão das acessibilidades e segundo a informação que a Câmara deu à IGF, que dos 16 edifícios municipais que estão sobre a alçada e responsabilidade da Câmara Municipal, 14 não cumprem as normas técnicas sobre acessibilidades. Referiu que a lei que aprova o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais, foi publicada há cerca de 13 anos, em 2006, e que o Sr. Presidente da Câmara, Emídio Sousa, é presidente da autarquia há 6 anos, acrescentando que, segundo a informação que foi prestada à IGF, até 2012 e até 2017 apenas um edifício foi adaptado, levando a pressupor que, desde que o Sr. Presidente da Câmara foi eleito para esse cargo, nenhum edifício foi intervencionado para fazer cumprir essa legislação. Concluindo a sua intervenção o membro Filipe Moreira salientou, sobre a área da Cultura, que saúda, evidentemente, as iniciativas realizadas e a tentativa de descentralização das mesmas, bem como o novo Programa de Apoio à Cultura, que disse lhe parecer mais democrático e mais próximo das associações, bem como mais próximo da realidade cultural e associativa do Município. Salientou que, contudo, não podia deixar de referir a questão do atraso nos pagamentos a algumas associações do Concelho referentes ao Programa de Apoio a Projetos



Culturais, comentando que essa questão já havia sido levantada numa reunião da Câmara Municipal. -----

Interveio o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) que começou por dizer que, no Orçamento para 2020, está previsto uma verba de 590 mil euros para a aquisição da Quinta do Fijó, em São João de Ver, dizendo que gostava que a Câmara explicasse qual o motivo desta verba bem como qual o propósito que tem para aquele espaço. -----

Referiu que outra questão tem a ver com o projeto de requalificação do espaço onde se realiza a Feira dos 4, em Arrifana, fazendo notar que o mesmo foi apresentado pelo vereador António Topa Gomes, numa sessão da Assembleia de Freguesia de Arrifana, onde anunciou, inclusive, a data do início e da conclusão da obra. Concluindo, questionou o porquê desse processo não ter saído do papel. -----

O membro *Pedro Alves Ferreira* (BE) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: --  
“Nós registamos o que o Sr. Presidente veio aqui dizer nesta Assembleia Municipal, que, aliás já tinha anunciado na conferência de imprensa, mais coisa menos coisa. -----

E não podemos deixar de reparar que muito do que anunciou aqui já é requeitado, já anunciou em orçamentos anteriores, e que outro tanto não é exatamente como anuncia. -----

Para além disso, mantém-se o silêncio e a completa ausência de propostas sobre muitas matérias que são fundamentais para a população. E, por isso, podemos afirmar que, daquilo que prometeu, ficou muito por realizar. -----

Para além disso, há muitas matérias que mereciam prioridade e são completamente ignoradas pelo Sr. Presidente e pelo seu Executivo. -----

Mas, vamos por partes. Em primeiro lugar, vamos áquilo que já prometeu e que não cumpriu. Há um ano atrás anunciava, e cito: a qualificação do ambiente urbano do Concelho, com a requalificação dos arruamentos e passeios e alguns projetos de requalificação dos principais núcleos urbanos. Um ano depois, vem prometer para o ano que vem aquilo que devia ter feito no ano passado. -----

Há um ano atrás anunciava, e cito novamente: que, em 2019, espera-se lançar o concurso e iniciar a obra do corredor ecológico do Rio Uíma, entre Fiães e Lobão, ao passadiço de Caldas de São Jorge. Já o disse aqui hoje, mas, mais uma vez, um ano depois, veio prometer



aquilo que devia ter feito no ano passado.-----

Não admira que, quando discutimos a execução orçamental, a crítica que nos faz é a do costume, mas falámos sempre em percentagens de execução de 30, 40 e 50%, e os exemplos estão aqui, é o que se vê. É que promete-se muito mas, também, se faz reciclagem das promessas, é das poucas medidas ambientais que o Sr. Presidente tem aqui no Concelho.-----

A questão que isto levanta, Sr. Presidente, é a veracidade deste Orçamento, tendo em conta os orçamentos anteriores e as suas execuções, é mais para dizer que faz do que para fazer.-----

Analisemos também agora aquilo que anuncia, mas não é exatamente como anuncia. -----

Começa por dizer que o rigor e a transparência são os pilares do modelo de gestão financeira do seu Executivo. Esperávamos que, depois de tal afirmação, viesse a decisão de acabar com a negociata da P. Parques, em que o Município decidiu premiar o infrator e perdoar a dívida a alguém que, durante anos, não pagou para andar a explorar o espaço público. Mas não, tal não consta das prioridades do Executivo.-----

Fala de investimentos, mas quando vemos a verba para Despesas de Capital, vemos que, afinal, ela é reduzida em 2 milhões de euros, ou seja, anuncia investimentos, mas corta, no Orçamento, para o investimento. -----

Fala na requalificação das margens do Rio Uíma e do Rio Cáster, e oxalá que as margens desses rios, e de outros, sejam requalificadas, mas isso é incompatível com o laxismo que a Câmara Municipal, em relação às descargas poluentes que têm sido notícia, e para as quais nós temos denunciado, não faz nada, continua a olhar para o lado. O Concelho tem sido confrontado com inúmeras descargas que têm poluído o Uíma, mas, a Câmara Municipal, quando confrontada com a situação, sacode a água do capote. Portanto, esta atitude é incompatível com a requalificação deste espaço.-----

Diz também que a Educação é o investimento mais forte de todos. Isto é uma citação, o investimento mais forte de todos. Sr. Presidente, hoje mesmo, vamos debater por agendamento do Bloco, a situação da EB1 e Jardim de Infância de Santo António, em Rio Meão, sobre as infiltrações, termoacumulador e máquina de lavar loiça avariados, pintada só meia fachada da escola, casas de banho com canos remendados.-----

A Câmara foi alertada para tudo isto e não interveio, não fez nada. Aliás, na rádio, o Sr. Vereador António Topa Gomes disse que esta escola não era uma prioridade porque havia outras em situação pior. E o Executivo diz que a Educação é o investimento mais forte de





todos. Nós nem queremos imaginar se não fosse, se calhar nem havia meia fachada pintada. ---  
E, por último, uma análise ao que não está no Orçamento, mas deveria ser uma prioridade. ---  
Portanto, para bolsas de estudo, o Executivo reserva 0,1% do Orçamento, no cartão Feira  
Sénior, que publicitou pelos mupis deste Concelho, para 2020 prevê 7 mil euros para uma  
medida que devia apoiar os mais idosos. Esta verba serve para quê? Apenas para enfeitar o  
Orçamento? Não sabemos. Porque se quisessem, de facto, uma política social real, apostavam  
num programa sério, com as verbas para poder funcionar esse programa. -----  
E o mesmo com o Programa Concelho Solidário, que deveria ser uma medida de apoio aos  
estratos sociais mais desfavorecidos, mas tem apenas 15 mil euros. Daria, só para pôr este  
valor em perspetiva, 10 cêntimos por ano para cada feirense. Se 10% dos feirenses precisarem  
de ajuda durante o ano, terão direito a 1 euro. Se apenas 2% dos feirenses viverem numa  
situação de emergência e necessitem de ajuda da Câmara, o Executivo tem ao dispor um  
apoio de 5 euros por ano. É ridículo. -----  
Este é um orçamento que repete as promessas de anos anteriores, como já também foi  
mencionado na minha intervenção, que não foram cumpridas, porque nada mudou, e tudo  
indica que este Orçamento volte a não ser cumprido. -----  
É um Orçamento que engana, é um Orçamento que não mostra rigor nem vontade de  
investimento, nem aposta na Educação. É um orçamento que falha naquilo que é essencial,  
não dá respostas sociais, não fala para os feirenses que querem viver aqui, mas que querem  
viver bem.” – Fim de citação. -----

-----  
Interveio o membro *Daniel Gomes* (PS), que leu documento que disponibilizou para que o  
teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“Encontramo-nos, uma vez mais, a debater o Orçamento do município de Santa Maria da  
Feira, desta feita, relativo ao ano de 2020 e, mais uma vez, temos uma estranha sensação de  
dejà vu. Podemos ter um aumento numa rúbrica ou uma descida noutra mas, no cômputo  
geral, não se vislumbra qualquer alteração muito significativa. Aliás, como bem referiram os  
Vereadores do PS, a palavra continuidade é relevada diversas vezes. Aparentemente, só o  
Executivo do PSD estará muito satisfeito com o rumo traçado para os destinos do concelho,  
algo bem patente nas indisfarçáveis críticas desferidas por um número cada vez superior de  
Juntas de Freguesia à atuação da Câmara Municipal e, até, nos resultados das eleições





européias e legislativas que se traduziram numa derrota esmagadora para o PSD em Santa Maria da Feira. -----

Certo ditado oriental afirma que “Quando as tropas estão tumultuosas, o chefe não tem prestígio”, e, por cá, o tumulto é grande, a crispação entre o poder local e o municipal é cada vez maior e o Executivo age sobre chantagem, demonstrando um clamoroso falhanço de, pelo menos, capacidade de explicar o que quer fazer, porque o faz e porque não faz o que deveria ter feito. -----

O caminho trilhado pelo atual Executivo é perigoso para si e para o concelho, porque confunde o concelho consigo próprio. O desrespeito por todas as forças políticas e suas propostas, para além de se consubstanciar num insofismável ataque à democracia representativa e vontade de dezenas de milhares de munícipes, reveste-se de completa incompreensibilidade visto que muitas das opções poderiam, com maior ou menor ajuste, inserir-se nas Grandes Opções do Plano. -----

Sr. Presidente, alguma coisa vai mal, quando eu e todos os que cá estão, ouvem pelo segundo, terceiro, quarto e até sexto ano consecutivo, exatamente as mesmas promessas: -----

- as requalificações dos centros urbanos avançam a passo de caracol -----
- a revitalização alargada dos centros das freguesias (via isenções fiscais) nunca chegaram ao conhecimento das pessoas -----
- a disseminação de redes de wireless é uma miragem -----
- a requalificação do mercado municipal ainda deve estar à espera da autorização do Arq. Bernardo Távora -----
- desconhecem-se iniciativas verdadeiramente inovadoras para solucionar abrangentemente os problemas de mobilidade dos munícipes -----
- o Parque Empresarial da Cortiça, um verdadeiro nado morto, por ter sido criado tarde de mais, continua a ter como mera promessa um Eixo que o atravesse -----
- as intermináveis pavimentações, grande promessa desde há 6 anos a esta parte, esbarram em desculpas que desaparecem logo que se anunciam eleições intercalares ou se manifestam desavenças publicamente -----
- a requalificação do Europarque, de vários complexos habitacionais, o concurso para o Centro Escolar de Sta. Maria da Feira, a pista de atletismo de Sanfins, a requalificação da envolvente às Termas das Caldas de São Jorge, a escola de artes e ofícios, a Piscina Municipal -----



de Canedo, são meras promessas que não passam disso mesmo. -----

O Sr. Presidente e estou certo que qualquer presente no auditório, gostaria de ver o Município como um exemplo a seguir, uma referência nacional, mas infelizmente não é isso que sucede. Ainda no final do mês de novembro passado, tomámos conhecimento de um estudo realizado pela Marktest dando nota dos melhores locais para se viver. Invariavelmente, não nos destacamos, a não ser pela mediana do costume. Chega a ser caricato que um município com a pujança industrial que apresenta, com o inegável labor das suas gentes e tão clamorosa vantagem territorial promovida pela proximidade a dois grandes polos populacionais, universitários e portuários, como é o Porto e Aveiro, esteja neste estado. -----

Sr. Presidente, ainda na semana passada, senti vergonha, quando um cidadão visitava o nosso território num automóvel elétrico, confiante de que já teríamos um posto de carregamento, e se deparou com a sua ausência. Eu queria ter o prazer de lhe demonstrar que estávamos no século XXI, mas a realidade é o que é, e a nossa é esta. -----

Sr. Presidente: precisámos de implementar um Orçamento Participativo, de ciclovias e percursos pedestres a conectar locais tão relevantes como as nossas Escolas, temos de fomentar a prestação de serviços públicos de proximidade nas Juntas de Freguesia, solucionar os nossos vergonhosos problemas de mobilidade e inclusão, apoiar justamente as Associações e sobretudo as IPSS que se encontram com projetos empatados por falta de fundos e, acima de tudo, iniciar ou terminar aquilo que se comprometeram a fazer. -----

Santa Maria da Feira não é um concelho qualquer e os Senhores sabem disso. Estar à altura dos nossos Municípios é prestar-lhes um grande serviço. Até hoje, não tem sido isso que tem acontecido.” -----

-----  
Interveio a deputada municipal *Ana Lamas* (PSD), que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“O projeto deste executivo, amplamente apoiado pelo povo da Feira, tem por base a implementação de uma estratégia de desenvolvimento económico, de coesão social e territorial do nosso município, investindo e desenvolvendo nas mais diversas áreas, fazendo com que o nosso concelho seja, de dia para dia, um melhor local para se viver. -----

Esta proposta de orçamento municipal para 2020 prossegue e concretiza esta ambição. É um orçamento de contas certas, é um orçamento de investimentos, é um orçamento a pensar nas

---



-----  
pessoas. Estamos a cumprir aquilo que prometemos aos feirenses. -----

Assim é possível verificar que continua a existir uma preocupação em diminuir a dívida municipal, em manter o prazo médio de pagamentos inferior a 15 dias e apesar da redução do IMI que aconteceu em 2019, verifica-se a manutenção da capacidade de investimento.-----

Este orçamento permite investir, com responsabilidade, nas mais variadas áreas – na educação, na saúde, na rede viária, no desporto, na ação social, no ambiente, na cultura e no desenvolvimento económico. É também, em boa medida, um orçamento que se substitui a um Estado que falha clamorosamente às suas obrigações em todas estas áreas. -----

Senhores Deputados, -----

Não se pode negar que a captação de investimento tem sido um dos pilares para o desenvolvimento do Concelho. Através desta captação de investimento tem-se potenciado a empregabilidade, o incentivo à criação de sinergias entre o tecido empresarial, as associações de cariz económico e/ou social, as instituições de ensino e outras entidades consideradas relevantes para fomentar o desenvolvimento económico do concelho. -----

Bem sabemos que existem partidos que afirmam que só temos investimento no nosso território devido a fatores extrínsecos ao nosso concelho. Mas estão enganados! Quem não acredita nas pessoas, na sua capacidade de iniciativa, no trabalho que fazem para gerir a sua vida, como é o caso do BE e da CDU, nunca compreenderá o que fizemos em conjunto com os nossos trabalhadores e empresários. Tão-pouco o admitirá um PS, avô e pai das bancarrotas, pródigo a distribuir o que os privados criam, mas que não sabe criar riqueza. Trabalhamos afincadamente para que cada feirense tenha o seu trabalho de forma a ter a possibilidade de gerir a sua vida. A aposta na captação de investimento externo tem dado frutos – e as empresas aí estão a instalarem-se. A estratégia de internacionalizarmos as empresas feirenses, acompanhando-as nas suas deslocações ou proporcionado estas deslocações, o prestígio empresarial do Bizfeira, tem dado os seus frutos. Assim se criaram postos de trabalho, assim chegamos a uma situação técnica de pleno emprego. Assim desenvolvemos a melhor e mais eficaz das políticas sociais. -----

Senhores Deputados, -----

Atacamos de frente um flagelo que era o desemprego, mas nunca deixamos de olhar para o futuro. Este orçamento continua a apostar na educação. Uma aposta virada para alunos que serão cidadãos do século XXI. -----



Por isso apostamos na linguagem de programação desde o 1.º ciclo. Apostamos em cursos profissionais que vão de encontro às necessidades das empresas. Fomentamos a aquisição de competências como a criatividade, o empreendedorismo. Estimulamos as crianças e os jovens para as artes e para cultura, estimulamos as crianças e os jovens para os deveres cívicos. E isto consegue-se através de iniciativas como a assembleia de crianças, a hora de programar, workshops variados, a orquestra criativa, entre muitas outras iniciativas que têm por base a aquisição de competências numa aprendizagem diferente da tradicional, mas que permite que os jovens alcancem competências que complementam as adquiridas na formação formal. Numa vertente mais voltada para os jovens, que ótimos resultados têm tido, aliás visíveis além-fronteiras, e são estas iniciativas como o Jovem Autarca, os SMF Youth Talks, os SMF Youth Days, Workshops Jovens Criativos, entre tantas outras. -----

Em relação ao Desporto, importa verificar que nesta proposta de orçamento mantém-se a preocupação em aumentar a prática e a cultura desportiva no nosso concelho, através de várias iniciativas que decorrem ao longo do ano e a gestão de instalações e equipamentos desportivos municipais. -----

Importa referir que tenho elencado apenas alguns exemplos, mas na proposta do orçamento municipal para 2020, existem inúmeras ações e iniciativas que complementam todo este investimento na educação, desporto e juventude do nosso concelho. -----

No que a obras públicas diz respeito, tem-se verificado que a principal aposta tem sido e vai continuar a ser na reabilitação da rede viária. Após a conclusão das seis primeiras fases, está em execução a sétima fase, terá início a oitava fase, prevendo-se o arranque da nona fase em 2020. Simultaneamente, avançar-se-á com a marcação rodoviária e sinalização. -----

De salientar ainda que a eficiência energética é também um dos focos para 2020, uma vez que se prevê que em 2020 se dê início à substituição de todas as luminárias de iluminação pública por tecnologia LED que trará retorno financeiro dentro de alguns anos. -----

Reconhecendo a importância da coesão social para o desenvolvimento sustentado do concelho, em 2020, estará previsto continuar a assentar o trabalho em minorar as desigualdades sociais, contribuindo para a construção de um concelho coeso, participativo e inclusivo. Assim, no que toca à ação social verifica-se que se prevê em 2020 manter diversas iniciativas/programas que vão de encontro à inclusão e desenvolvimento artístico e social. O Município iniciou em 2017, com conclusão prevista para 2020, um processo de reabilitação



em 9 empreendimentos sociais, medidas e iniciativas para a participação ativa de pessoas idosas, entre tantas outras iniciativas. -----

No que à cultura diz respeito, verifica-se que se prevê expandir o acesso, fomentar as oportunidades e proporcionar experiências edificantes em torno das Artes e das múltiplas dimensões que a Cultura tem e se relaciona. Assim, é por todos notório que o nosso município tem uma oferta invejável e já conceituada de eventos, iniciativas e experiências que atrai vários públicos – do concelho, dos concelhos vizinhos e até de países vizinhos – pelo que, por exemplo, a aposta na dinâmica impregnada no Cineteatro António Lamoso, o programa associado às “Artes em Itinerância”, todo o programa e atividades associadas à Festa das Fogaceiras, o Programa de Apoio à Cultura, entre tantas outras iniciativas são uma aposta para 2020. -----

Neste sentido, é possível verificar que as Opções do Plano e Proposta do Orçamento Municipal para 2020 abrangem as mais variadas áreas. Santa Maria da Feira é hoje um território atrativo, procurado por várias gerações, pois somos um município repleto de dinamismo e com vontade de melhorar continuamente. -----

Este é um orçamento que cumpre a palavra dada e o garante de que o concelho continuará no rumo certo. Um orçamento focado no bem-estar das pessoas da Feira.” -----

Concluindo a sua intervenção a deputada municipal Ana Lamas referiu que, pelos motivos que enumerou, o grupo municipal do PSD iria votar favoravelmente as Opções do Plano e a proposta do Orçamento Municipal para 2020. -----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os esclarecimentos tidos por convenientes, começando por aludir às questões colocadas pelo membro Filipe Moreira. -----

Sobre a questão da Câmara deixar as obras para que sejam feitas na segunda parte do mandato, e que os presidentes das Juntas de Freguesia se queixam da falta de obras, disse que isso não é, de todo, verdade. Explicou que, muitas vezes, as pessoas não compreendem todo o processo de execução de uma obra pública, ressaltando que entre a contratação do projeto até à sua concretização medeia um intervalo de tempo entre 1 a 2 anos, que é assim que funciona o regime da contratação pública, acrescentando que, depois, há um concurso público que nunca demora menos de 7, 8, 9 meses, e que só após a conclusão desse concurso é que a obra entra em execução. -----





Salientou não haver nenhuma preocupação em fazer coincidir as obras com a segunda parte do mandato, fazendo notar que as pavimentações das estradas relativas à 4.ª, 5.ª e 6.ª fase de pavimentações foram feitas, quase todas, no início do mandato em curso, acrescentando que a 7.ª fase também já está em obra. Frisou que a única preocupação que tem, partilhada pela sua equipa, é conseguir fazer as coisas com a maior celeridade possível, reafirmando não estar minimamente preocupado com os calendários eleitorais, mas que as regras de contratação pública são as que são, as quais condicionam a celeridade da execução dos trabalhos. Referiu que qualquer pessoa que esteja ligado à contratação pública sabe perfeitamente que não há hipótese nenhuma de se fazer de outra forma, ressaltando estar satisfeito porque tem uma equipa competente a trabalhar consigo e porque, comparativamente com outros municípios, Santa Maria da Feira está muito à frente no que refere às taxas de execução. -----

Sobre a questão das pavimentações serem mal executadas e feitas à chuva, disse ser uma boa oportunidade para explicar o que se passou em Santa Maria da Feira, informando que toda a parte central de Santa Maria da Feira vai ser objeto de uma obra de requalificação profunda, que vai incluir o refazer dos passeios e o dimensionar os perfis das ruas, ressaltando tratar-se de uma obra que a parte central de Santa Maria da Feira reclama, mas que exige o tal projeto de execução cuidadoso para que não se cometa qualquer erro. -----

Fez notar que muitas das ruas onde se pretende fazer essa intervenção de fundo, nomeadamente a Rua Prof. Egas Moniz, a Avenida 25 de Abril, a Avenida Clube Desportivo Feirense, estavam muito degradadas, e que se chegou à conclusão que entre tapar buracos e fazer uma pavimentação geral, com o pessoal da Câmara, o custo era praticamente o mesmo, pelo que se optou por fazer uma pavimentação para manter essas estradas em boas condições de circulação, até que todos os projetos e o concurso fique concluído para que seja feita a intervenção de fundo que referiu. Disse que, portanto, queria que os feirenses percebessem que alguma execução menos boa que, de facto, aconteceu, deve-se a que se tratou de uma intervenção muito provisória, no sentido de pôr as vias em condições de circulação, e por ter sido executada pelo próprio pessoal camarário. -----

Sobre a falta de política ambiental disse não aceitar essa crítica, de maneira nenhuma, porque o Município tem hoje, em termos de infraestruturas e de política ambiental, boas práticas, tem os rios e as ribeiras despoluídas, tem a única praia fluvial urbana do País classificada como zona balnear, com a exigência que isso implica em termos da análise da água. Referiu que,





*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

para além disso, os esgotos estão encaminhados e são tratados, existe água ao domicílio, existe uma boa recolha dos resíduos sólidos, são distribuídos aparelhos para a compostagem a quem pede. Informou que também se está a iniciar, em algumas freguesias, o processo de recolha, porta a porta, dos resíduos separados, com mini ecopontos, dizendo tratar-se de um projeto que o Município tem em conjunto com a Suldouro e que vai sendo paulatinamente implementado em cada uma das freguesias, acrescentando que, portanto, dizer que não há preocupações ambientais no Município é pretender ignorar algo que está à vista de todos. -----

Sobre a questão dos tapetes de plástico nas rotundas salientou que as rotundas estão a ficar bonitas e que a opção tomada lhe parece aceitável, realçando que as espécies vegetais requerem, muitas vezes, rega e uma manutenção profunda e, se calhar, são menos amigas do ambiente de que a solução adotada, que fica bonita e não tem esses custos. Disse que sempre que se corta e rega a relva são usados recursos que o ambiente hoje reclama, pelo que uma solução artificial dá um bom embelezamento às rotundas, não acarreta custos de manutenção e é amiga do ambiente. -----

Em relação à questão sobre as obras nos bairros sociais, fez notar que foram lançados concursos para fazer obras em 9 bairros sociais, informando que em alguns as obras já estão concluídas e que, noutros, estão a decorrer. Referiu que alguns dos concursos ficaram desertos, dando nota que existe alguma dificuldade em contratar empresas devido há falta de mão de obra na construção civil, realçando que a crise da construção civil na obra pública, verificada nos últimos anos, levou muitas empresas a focarem-se mais no mercado privado, comentando que algumas dessas empresas até faliram, levando a que alguns dos seus trabalhadores tivessem emigrado. Disse que as principais zonas urbanas, como as do Porto e Lisboa, estão com muitos trabalhos de habitação no setor privado e que as empresas de construção civil preferem, atualmente, direcionar os seus trabalhos para essas empreitadas, deixando um pouco para trás as obras públicas, ocasionando, como já referiu, a que haja concursos públicos que ficam desertos, obrigando à abertura de novos concursos, muitas vezes com um aumento de preços muito significativo. -----

Referiu que o Filipe Moreira fez um elogio ao Programa de Apoio à Cultura, comentando que, neste ano, o mesmo quis ser mais contido e não fez tantos elogios como no ano anterior para não ser acusado de elogiar a Câmara, pelo que não iria dizer que o Filipe Moreira elogiou a Câmara, mas sim que foi um Plano e Orçamento bem discutido. -----



Em relação aos atrasos nos pagamentos referentes ao Programa de Apoio a Projetos Culturais, disse que tal não é verdade, informando que foram apresentados mais de 30 projetos e que, desses, 7 ainda não estão concluídos pois é exigido muito rigor na conferência dos documentos, frisando que a Câmara, estando a gerir dinheiros públicos, tem de ser cuidadosa. Disse que, portanto, faltará pagar 40% de 7 projetos de um universo de mais de 30, o que não lhe parece grave, acrescentando que essa situação ficará resolvida, com certeza, até ao final do ano em curso. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Câmara passou a responder às questões colocadas pelo membro Ângelo Santos, aludindo à questão sobre a Quinta do Fijô para informar que a verba de cerca de 500 mil euros que consta no Orçamento não é para comprar essa Quinta, explicando que o parque Condes de Fijô refere-se aos terrenos junto ao Rio Cáster, na envolvente das piscinas, que o Município negociou com a família dos Condes de Fijô, que são os proprietários da maioria daqueles terrenos. Fez notar que a família em questão vendeu os terrenos à Câmara a um preço muito bom, tendo a Câmara ficado com o compromisso de chamar àquela zona de parque Condes de Fijô.-----

Sobre o projeto de requalificação do largo da Feira dos 4, em Arrifana, disse ser verdade que o vereador António Topa Gomes apresentou o projeto, comentando que esse é o proceder habitual sempre que são feitas intervenções nos centros urbanos do Concelho. Salientou que tais intervenções são sempre muito delicadas e muito criticadas porque implicam intervir em algo que as pessoas estão habituadas, por vezes, há dezenas de anos, pelo que a mudança tem de ser feita com muita prudência, com muita discussão com a população, com muita democracia direta, para se chegar ao melhor projeto.-----

Disse que, antes das obras, toda a gente reclama da falta delas, que após o início e durante a execução da obra todos reclamam que devia ser feita de outra maneira, mas que, depois, as pessoas vão-se habituando à nova circulação, aos passeios e ao demais que foi alterado, passando a concordar com a obra que foi executada. Salientou que o mesmo se passou em relação à reabilitação da área central da freguesia onde reside, Fiães, em que o projeto foi amplamente discutido e debatido pela população, foi aprovado por unanimidade e, agora, que está em fase de execução, é alvo de críticas de toda a gente, comentando que esse é um processo para o qual a Câmara tem de estar preparada. -----

Referiu que, em Arrifana, se está a falar da requalificação do Largo da Feira dos 4 e da



Avenida do Corgo, onde se localiza a Junta de Freguesia, pelo que está em causa aquela que é, provavelmente, a zona mais emblemática da freguesia, daí ter pedido, na altura, ao vereador António Topa Gomes para que fosse apresentar o projeto, para que o mesmo fosse discutido com a população. Frisou que foi isso que aconteceu e que, neste momento, está a ser feito o projeto de especialidades, as medições e demais trabalhos necessários, dizendo esperar ter, em meados de 2020, a obra a concurso.-----

Sobre as questões colocadas pelo membro Pedro Ferreira referiu, em relação à questão da ausência de muitas matérias no Orçamento que seriam imprescindíveis, que um orçamento nunca dá resposta a todos os problemas, que nunca ninguém conseguirá responder a todas as necessidades, frisando que vai haver sempre necessidades, que algumas ainda não existem, mas que, no futuro, vão existir. Disse ser um desafio permanente responder às necessidades, em cada momento, focando que as necessidades que existem hoje não são, com certeza, as mesmas que tinham os seus pais e avós, ressaltando que a vida é assim mesmo e ainda bem que, hoje, existe um nível de vida melhor. Reafirmou que nunca ninguém dará resposta a todas as necessidades, fazendo notar que um plano de atividades e um orçamento é uma definição de prioridades, para tentar responder a essas prioridades, e que é isso que o Executivo Permanente está a fazer.-----

Referiu não haver nenhuma reciclagem de promessas, dizendo já ter explicado que há todo um programa a cumprir, que há todo um projeto e uma visão que leva, muitas vezes, a 4, 5, 6, 8, 9, 10 anos de intervenção, frisando que tais promessas se repetem porque têm que se repetir até que fiquem concluídas.-----

Em relação à questão da empresa P. Parques salientou que, como já disse em ocasiões anteriores, não há nenhuma negociata com a P. Parques, que o que há é prudência num processo que é complexo, dando nota que a Câmara está a seguir uma estratégia e que espera que, quando essa estratégia chegar ao fim, a mesma venha a ser aplaudida.-----

Sobre a questão da requalificação das margens do Rio Uíma e do laxismo da Câmara em relação às descargas poluentes, disse que ele foi o pioneiro, em Portugal, a requalificar rios e a fazer passadiços precisamente com o objetivo de pôr à vista de qualquer pessoa alguma situação de poluição. Salientou que, hoje, vê-se que as pessoas ficam preocupadas quando veem alguma descarga poluente no Rio Uíma, comentando que, há 20 anos, aquilo estava cheio de silvas, ninguém lá passava e ninguém via as descargas, reafirmando que a



requalificação das margens do rio teve mesmo essa intenção, de fazer de cada pessoa uma entidade fiscalizadora e responsável. Referiu que só se descobriram as duas entidades que estavam a lançar esses efluentes poluentes por causa dessa requalificação, caso contrário ninguém teria descoberto, pelo que fica contente que isto aconteça e não concorda com a crítica feita a essa estratégia seguida pela Câmara e que, agora, está a dar resultados.-----

Quanto à questão dos apoios sociais e que o Programa Concelho Solidário só tem uma verba de 15 mil euros, fez notar que 49%, quase metade da despesa orçamental, é referente a funções sociais. Realçou que, como tem dito por diversas vezes e torna a repetir, considera que a melhor medida social que se tem no Município de Santa Maria da Feira é o emprego, salientando que foi isso que motivou, provavelmente, o maior esforço da sua parte e da sua equipa, ou seja, que exista emprego e cada vez mais qualificado, frisando que isso está a acontecer em força no Município e que essa é que é a grande medida social de um território. -- De seguida, o Sr. Presidente da Câmara prosseguiu a sua intervenção aludindo à intervenção efetuada pelo membro Daniel Gomes. Referiu ser verdade que o Orçamento para 2020 reflete a continuidade de um projeto, que é natural que assim seja, salientando que a Câmara só vai deixar de pavimentar estradas quando entender que estão todas em condições, e que, se calhar, nunca vai deixar de fazer pavimentações porque, quando acabar este trabalho, as primeiras estradas intervencionadas já poderão estar a precisar de receber novo pavimento, dado que as pavimentações têm uma durabilidade. Referiu que os anteriores executivos camarários procederam a pavimentações de estradas e que os futuros executivos, sejam ou não liderados por ele, também vão continuar a pavimentar estradas, pelo que esse trabalho vai ser uma continuidade, de certeza absoluta.-----

Sobre as tropas tumultuosas disse que alguns confundem o exercício com guerra, mas que não é a mesma coisa, salientando que, de facto, os soldados da Câmara treinam muito e fazem muito exercício para estarem elegantes, magrinhos, com fibra nos músculos, ressaltando que se discute muito e se consensualiza muito para, depois, se fazer aquilo que tem de ser feito.----

Em relação à afirmação de que a Câmara não consegue se fazer explicar e que toda a gente está aborrecida com a Câmara e com o seu presidente, comentou que, então, essas pessoas estão sempre a enganar-se porque votam sempre nele para Presidente da Câmara.-----

Quanto à questão de que a Câmara não conseguiu pôr as Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) a funcionar, disse que as ARU estão em curso, que foram definidas mais de 30 ARU no



Concelho, que está a decorrer muita construção no território, mas que a Câmara não pode obrigar as pessoas a aderirem e a aproveitarem dos benefícios das ARU, estando à espera que tal aconteça. -----

Sobre o estudo realizado pela Markttest salientou que, ainda há dias, viu um estudo em que o Município de Santa Maria da Feira aparece entre os primeiros com maior poder de compra, comentando que, em Portugal, há estudos para tudo e mais alguma coisa e que se o Município quiser pagar alguns estudos eles também colocam Santa Maria da Feira em primeiro lugar em alguma situação, nem que seja num aspeto qualquer que ninguém se lembre, acrescentando que tais estudos valem o que valem. -----

A respeito da proximidade de Santa Maria da Feira com dois grandes centros urbanos, o do Porto e de Aveiro, comentou que Aveiro é que está perto de Santa Maria da Feira e que é preciso ressaltar essa verdade. -----

Sobre a questão de que tem de se investir em Santa Maria da Feira referiu que, obviamente, a Câmara investe em Santa Maria da Feira. -----

Em relação à questão das IPSS estarem com falta de fundos, disse que isso é verdade, que é preciso que o Governo pague às IPSS, comentando que o Governo aumenta salários, aumenta encargos, faz exigências, e não aumenta as comparticipações que tem para as IPSS. Referiu que o que se está a passar é uma vergonha, que o setor social está a ser totalmente asfixiado porque há alterações legislativas que implicam grandes aumentos nos custos das instituições e, a seguir, não há um aumento das comparticipações em conformidade, tendo as IPSS que se desenrascar da maneira que podem. Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara disse ser verdade que essa é uma injustiça tremenda que está a ser feita às IPSS, perante o trabalho que efetuam. -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* informou que, de seguida, haveria lugar a uma segunda ronda de intervenções para os partidos que ainda não tivessem esgotado o seu tempo, e, após isso, daria a palavra à Câmara para esta encerrar o debate. -----

O membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: ----  
“Este Orçamento que é apresentado, e à semelhança do que já estamos habituados, é um orçamento correto tecnicamente, contudo apresenta um conjunto alargado de propostas que,





na realidade, são sempre as mesmas e acabam numa mão cheia de nada. Traz pouco à população feirense.-----

Por isto, as propostas aqui apresentadas, na sua maioria, resultam de um papel bonito, apresentado a todos nós, nesta Assembleia.-----

Neste sentido, o CDS-PP vem sinalizando um conjunto de pontos importantes para o desenvolvimento do nosso Município, nomeadamente a concretização das Unidades de Saúde Familiar, que vem plasmado nos orçamentos mandato atrás de mandato, Oleiros, Nogueira da Regedoura, Canedo, Milheirós de Poiães; a pavimentação de diversos eixos viários de inúmeras freguesias; a implantação de ciclovias; a construção de passeios que respeitem os cidadãos com mobilidade reduzida; a construção e recuperação de infraestruturas base como o Eixo das Cortiças; o centro coordenador de transportes na zona da Cruz, à saída da autoestrada, que é o principal eixo que pode desenvolver o nosso Concelho; o túnel da Cruz para dar resposta àquele núcleo populacional que tanto carenciado está e que permite um desenvolvimento moderno do nosso Município; a EN 223, junto a Picalhos; a abertura de uma terceira escola secundária; a requalificação de diversos equipamentos desportivos, que tanto carenciado está o nosso Município; e, a nível cultural, uma rede de serviços que possam permitir uma expansão homogénea do nosso Município.-----

O CDS-PP está atento e tudo fará para que estas obras, um dia, sejam uma realidade e o nosso Município possa ter um desenvolvimento mais homogéneo e mais qualitativo em relação ao que tem hoje.-----

Sr. Presidente, eu sei que isto é um chavão e que tem, muitas vezes, ouvido isto, mas Santa Maria da Feira merece mais.” – Fim de citação.-----

-----  
Interveio o membro *Pedro Alves Ferreira* (BE) que começou por referir que é mentira que não há linhas de água poluídas no Concelho, dando nota que, ainda nesta semana, a GNR identificou duas empresas poluidoras, acrescentando que também foi notícia a questão das descargas existentes no canil municipal. Salientou que, portanto, considera completamente irrealista, e não a melhor forma de abordar esta questão, se dizer que as pessoas denunciam as descargas porque, agora, as conseguem ver dado que foram limpas as silvas e foram construídos percursos, acrescentando que, certamente, as pessoas estranhariam essa explicação e ninguém a iria aplaudir, ao contrário do que foi dito pelo Sr. Presidente da





Câmara, de que, um dia, as políticas deste Executivo serão aplaudidas.-----

Referiu que, no caso da empresa P. Parques, e por aquilo que se ouve, também tem sérias dúvidas que a população venha a aplaudir a decisão que foi tomada, comentando que se o Sr. Presidente da Câmara falasse com as pessoas e conhecesse a população, certamente perceberia isso. -----

Em relação ao reconhecimento de que faltam, e vão sempre faltar, propostas no Orçamento e que nunca ninguém vai responder a todas as necessidades, realçou que a verdade é que nenhum grupo municipal apresentou propostas para o Orçamento porque todos os anos a questão é a mesma, ou seja, as propostas apresentadas são anexadas ao documento sem que sejam discutidas. Referiu que já foram apresentadas propostas sérias, completas, e que o Sr. Presidente da Câmara nunca as quis discutir, acrescentando que a única coisa que o Sr. Presidente da Câmara faz é cumprir com o requisito legal de pedir propostas aos grupos municipais. -----

Concluindo a sua intervenção, disse que a realidade é que não existe uma vontade do Executivo Permanente de discutir os assuntos com a população, de discutir com os grupos municipais, ressaltando que se continua a verificar a arrogância de uma maioria que, depois, se reflete nas propostas apresentadas e nas respostas dadas pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

-----  
Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que, em primeiro lugar, queria fazer um ponto prévio para dar nota que pelo menos a vereação do PS apresentou propostas para o Orçamento, apesar de lhe parecer que nenhuma delas foi atendida. -----

Referiu que, em segundo lugar, considera haver alguma coisa que não bate certo, salientando que se estava a discutir um orçamento de quimeras, em que tudo é bom, tudo é ótimo, tudo é fantástico, mas, depois, se vê o agendamento de um ponto na Ordem do Dia desta sessão, por iniciativa do BE, para se discutir a questão de uma escola que está decrépita e sobre a qual ainda se diz que não é das piores, porque ainda não foi abrangida para se fazer obras. -----

Concluindo a sua intervenção, disse não conseguir entender o porquê da Câmara, se tem disponibilidade financeira e se tem meios, deixar as situações chegar a tal ponto. -----

-----  
Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou por dizer que já é um ritual, que a história se repete porque a oposição tem de arranjar formas de criticar e de dizer mal da



Câmara, comentando que a oposição até não cumpriria a sua obrigação se não o fizesse.-----  
Referiu que enquanto uns abordam os assuntos com seriedade, outros é uma autêntica verborreia, levando a que muitos da assistência nem sequer compreendam o que dizem essas pessoas, salientando que o que está em causa é que, de 4 em 4 anos, há eleições para a autarquia e a verdade é que, de 4 em 4 anos, o povo feirense pronuncia-se sobre os projetos que são apresentados.-----

Disse que o PSD faz questão de, em cada eleição autárquica, dar a conhecer muitíssimo bem qual é o seu programa, quais são os seus objetivos, qual é o seu rumo se ganhar as eleições, acrescentando que a constatação que o povo feirense tem tido é aquela que dá ânimo ao PSD para continuar com o projeto que apresentou. Salientou que se o povo diz sim, de forma categórica, a um programa que é apresentado, considera que o que tem de ser discutido é se o programa apresentado por quem ganhou as eleições está a ser prosseguido, ano a ano, fazendo sobressair que, até ao ano de 2019, o programa apresentado está a ser, indiscutivelmente, executado. Referiu que nem sempre se consegue realizar uma determinada obra num período curto de tempo, de 2, 3 ou 4 anos, comentando que o Sr. Presidente da Câmara já deu o exemplo do tempo que demora o processo da contratação de um funcionário, que pode demorar mais de 2 anos entre o momento em que é decidido abrir concurso e o primeiro dia em que o funcionário efetiva o seu serviço na Câmara, ressaltando que, num país assim, é difícil.-----

Disse ser difícil compreender que a Câmara queira investir, já há 4 ou 5 anos, nas instalações da antiga EB 2,3 Fernando Pessoa e não o consiga fazer porque a mesma é propriedade do Governo Central e este não entrega ao Município uma coisa que, naturalmente, não quer para mais nada que não seja para aproveitamento público. Referiu que, apesar de Portugal ter o simplex, de simplificar não tem nada, que só simplifica se for para roubar os portugueses através dos impostos, ressaltando ser um complicómetro total a autarquia querer investir no aproveitamento da antiga EB 2,3 Fernando Pessoa, porque, felizmente, tem capacidade financeira para isso, e não o conseguir fazer porque o Governo Central não dá ao Município a propriedade daquela antiga escola.-----

Concluindo a sua intervenção disse que a realidade é a que indicou, apelando ao Sr. Presidente da Câmara para que, dentro dos constrangimentos que lhe são impostos, como os simplex que complicam muito, continue a executar o projeto que apresentou em 2017 e que



seja firme em que, no fim deste mandato, a grande maioria das promessas que fez serão cumpridas.-----

-----  
Usou novamente da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos, no seguimento da segunda ronda de intervenções. Sobre o proferido pelo membro Ângelo Santos salientou que o mesmo não levantou questões, que fez algumas notas ao documento e às novidades que dele consta, e que concluiu dizendo que Santa Maria da Feira merece mais. Disse ser verdade que Santa Maria da Feira merece sempre mais, mas que é preciso trabalhar para isso, ressaltando que cabe a cada pessoa, individualmente, trabalhar para que Santa Maria da Feira seja cada vez melhor. -----

Sobre o mencionado pelo membro Pedro Ferreira, de que é mentira que não há linhas de água poluídas no Concelho, disse ser evidente que o Concelho tem linhas de água poluídas, questionando se há alguém, minimamente clarividente, que pense que uma linha de água, numa zona urbana, vai estar despoluída. -----

Disse que a Câmara tudo faz para melhorar a despoluição das linhas de água, mas que ninguém pense que é possível ter, por exemplo, água potável no Rio Cáster, ressaltando que tal não é possível nos meios urbanos até devido à poluição causada pela circulação dos carros, pela borracha dos pneus, pelo pó, até pelos patos que andam no rio, frisando que tudo isso contamina a água. Salientou que, portanto, não se pense ser possível, no modelo existente de desenvolvimento e de utilização dos recursos, que a água do Rio Cáster, por exemplo, vai estar em condições de ser bebida. Fez notar que, ao se despoluir uma linha de água, há parâmetros para que a água seja qualificada própria para a prática balnear, outros parâmetros para que seja própria para o consumo humano, outros para poder ser utilizada na rega, pelo que ninguém deve ser utópico ao ponto de pensar que se vai ter água mineral a passar algures numa ribeira numa zona urbana, reafirmando que, obviamente, haverá sempre alguma poluição nestas linhas de água.-----

Sobre a afirmação de que há alguma arrogância da parte do Executivo Permanente em não acolher as propostas dos partidos da oposição, disse que isso não é verdade. Referiu, relativamente às propostas apresentadas pelos vereadores do PS, que esteve, junto com a vereadora Helena Portela, a analisar cada uma delas para ver o que é que podia ser incluído no Orçamento, e o que não podia, bem como quais as que eram coincidentes, ou não, com aquilo



que o Executivo Permanente pretendia fazer.-----

Disse que, dessas propostas apresentadas, os próprios vereadores do PS sabem que algumas não dizem respeito à Câmara, como a proposta para a construção de um novo nó da autoestrada. Referiu que, obviamente, gostaria muito de ter um novo nó da autoestrada, que fazia todo o sentido haver um nó da autoestrada na zona de Santa Maria de Lamas, mas que tal não depende da Câmara, acrescentando que até aí há regras, há distâncias mínimas entre os nós que têm de ser cumpridas. -----

Salientou ainda que, em questões de arrogância, se há partido arrogante em Portugal é o Bloco de Esquerda, se há partido que goza com toda a gente é o Bloco de Esquerda, se há partido arrogante com todos é o Bloco de Esquerda.-----

Sobre o comentário feito pelo membro Sérgio Cirino de que o Executivo Permanente não aceita propostas, disse já ter dado essa resposta, reafirmando que, naturalmente, o Executivo Permanente aceita as propostas e, depois, vai analisá-las para ver quais as que são, ou não, exequíveis. -----

Concluindo a sua intervenção, e ainda no âmbito desta questão, o Sr. Presidente da Câmara realçou que, mesmo entre os vereadores do Executivo Permanente, e aquando da preparação do orçamento, há propostas que são recusadas, comentando que caso fossem acolhidas todas as propostas dos diferentes pelouros o orçamento municipal teria de ser multiplicado por 4 ou 5, que teria de passar de 70 para 300 milhões de euros, e, se calhar, não chegaria, ressaltando que o lado da despesa é muito fácil, que o lado da receita é que é mais complicado, sublinhando que é preciso ter um orçamento equilibrado. -----

O membro *Sérgio Cirino* (PS) pediu a palavra para solicitar um breve esclarecimento à Câmara – o que lhe foi concedido –, questionando se a propriedade da antiga EB 2,3 Fernando Pessoa já passou, ou não, para o Município, ao que o *Sr. Presidente da Câmara* informou que ainda não passou, mas que a Sr.<sup>a</sup> Ministra Alexandra Leitão, que era Secretária de Estado no governo anterior, encontrou uma forma, uma espécie de autorização para permitir à Câmara poder fazer obras naquele equipamento, acrescentando que, neste momento, a Câmara está a fazer o projeto de execução para essa obra. Fez sobressair que o problema nunca esteve na Sr.<sup>a</sup> Ministra, que no governo anterior era Secretária de Estado, mas sim nas Finanças, porque o assunto tinha de passar pelas Finanças e, depois, não saía de lá,



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

recordando que este problema já vem do tempo do governo liderado por Pedro Passos Coelho, e que este também não o conseguiu resolver. -----

*Saiu, no decorrer da discussão, o membro Carmino Bastos (representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares).* -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 35 votos a favor (PSD: 33, PS: 2 – Rui Alves Rios e Valdemar Silva), 16 votos contra (PS: 12, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1) e 1 abstenção (PS – Francisco Andrade), aprovar as Opções do Plano e proposta do Orçamento Municipal para 2020 – dossiê cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

*Saiu o membro Juliana Rocha.* -----

**6 – Contrato-Programa para 2020 a celebrar entre o Município e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.** -----

**- Autorização para celebração do contrato-programa** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 28 de outubro de 2019 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Acompanha a deliberação camarária suprarreferida a minuta do contrato-programa em epígrafe, instruída com o parecer prévio do Revisor Oficial de Contas Ângelo Couto, C. Ribeiro & L. Carvalho, SROC, datado de 22 de outubro de 2019 – documentos cujos teores se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

A deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: -----

“Sobre o contrato-programa a celebrar entre o Município e a Feira Viva, o Bloco de Esquerda





gostaria de dizer que este ponto é, infelizmente, e mais uma vez, a continuação do triste caminho que se tem trilhado no Concelho.-----

Continuamos a assistir à lógica da desresponsabilização e do rendismo por parte da Câmara Municipal.-----

Os subsídios à empresa municipal e a cedência de espaços municipais para a sua exploração vão continuar, e ainda com um aumento da verba em relação ao ano passado, estando a mesma aumentada para 1 milhão e 988 mil euros.-----

A Feira Viva nada mais é do que um dos perfeitos exemplos da visão negociasta e mercantilista deste Executivo PSD, e, portanto, para Emídio Sousa, continua a imperar a lógica de entregar a alguns a gestão daquilo que é de todos, mas que a autarquia poderia gerir. E, portanto, talvez não interesse ao Sr. Presidente o escrutínio que teria se a gestão dos equipamentos e dos eventos fosse feita pela Câmara Municipal, porque, de facto, para quem diz que é um grande gestor e cumpridor, perante a gestão da Feira Viva, que tem reduzido as receitas e aumentado o prejuízo, só faria sentido alterar o rumo das coisas e poder passar a ser a autarquia a tomar conta dessas competências e, desta forma, até poupando dinheiro aos feirenses.-----

E, portanto, para além de tudo isto, o tempo passa e os problemas continuam os mesmos, os vergonhosos negócios entre a Feira Viva e um dos seus administradores continuam impunes, e a precariedade a laborar, assim como os atentados à segurança no trabalho, que se agravam de ano para ano.” – Fim de citação. -----

-----  
Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que nunca teve dúvidas que os equipamentos e os eventos geridos pela empresa municipal Feira Viva custariam, na órbita da Câmara Municipal, muito mais do que os 2 milhões de euros, que não tem dúvidas que, ao serem geridos pela empresa municipal, se gasta menos. -----

Salientou que, todavia, também não tem dúvidas que a Feira Viva poderia ter melhores resultados, ou fazendo mais coisas ou gastando menos dinheiro, e que não tem dúvidas que a empresa municipal tinha muita margem para melhorar nesse aspeto.-----

Disse saber que alguns dos eventos geridos pela Feira Viva atingiram um patamar de excelência e são marcas importantes em termos de eventos, como a Viagem Medieval e o Perlim, e que, para além disso, tem alguma valia a favor da comunidade, aludindo ao caso da



Dep.  
M.  
C.

fantástica equipa de natação adaptada que nasceu no seio da Feira Viva e que nela permaneceu. Frisou que a Feira Viva tem coisas boas, mas que, no seu entendimento, tem margem para melhorar.-----

Referiu entender que, nesta questão, quem falha mais é a Câmara Municipal porque não investe, comentando que falta o parque do Cáster, falta dimensão e marcos no território que permitam que a Viagem Medieval perdure durante todo o ano e que os visitantes que vêm a Santa Maria da Feira fora do período em que se realiza esse evento, também tenham contacto com a Viagem Medieval. Disse não se justificar que a Viagem Medieval cause tanto impacto nos 10 dias da sua duração e, depois, durante o resto do ano, não haja qualquer retorno desse evento para quem visita Santa Maria da Feira, considerando que o Município não está a investir o suficiente para permitir um patamar de mais excelência e de mais rentabilidade desses eventos.-----

Salientou que, quando fala de rentabilidade desses eventos, também fala na componente da prestação social por parte da empresa municipal Feira Viva, fazendo notar que se a Câmara Municipal fizesse os investimentos nos equipamentos eles seriam melhor geridos e com menos gastos, e, nessas circunstâncias, ou diminuíam o subsídio municipal porque os gastos em manutenção seriam menores, ou os equipamentos seriam muito mais utilizados e haveria um maior benefício social, apesar dos mesmos gastos. Frisou que, neste caso, interessa as duas situações, a rentabilidade e o benefício social, e não somente a contabilidade do deve e do haver, reafirmando que, no entendimento do grupo municipal do PS, falta a parte dos investimentos municipais que permitam melhorar a gestão dos eventos e dos equipamentos, dando como exemplos o melhoramento da eficiência energética, o melhoramento das instalações, bem como a existência de ginásios associados às piscinas para permitir o exercício de outras atividades para além da natação.-----

Disse que, depois, também há pontos negros que precisam ser eliminados, realçando ser uma vergonha o que se ouve falar a respeito da prática de contratação usada pela Feira Viva, comentando que a empresa municipal não tem de ser canibal dos trabalhadores, não tem de andar a fazer contratações de qualquer forma, que tem de respeitar minimamente a legislação em vigor e os direitos das pessoas.-----

Referiu que outra situação que considera incompreensível é que a Feira Viva, depois de tantos anos a funcionar, ainda gasta mais de 100 mil euros anuais em rendas, dizendo se lembrar



que, há uns anos, quando se falava no antigo projeto do CCTAR, estava previsto haver um pavilhão na Zona Industrial do Roligo onde se instalaria a Feira Viva, que até seria apoiado pelos fundos comunitários, pelo que a Câmara pagaria uma pequena parte. Disse julgar que a Câmara ainda terá um lote de terreno naquela zona industrial, ou noutra qualquer, onde se poderia construir um pavilhão, questionando se faz algum sentido gastar, em 10 anos, um milhão de euros em rendas para, no dia a seguir, não se ser proprietário de um local para guardar as coisas.-----

Afirmou que a única palavra que encontra para esta despesa é incompreensão, fazendo sobressair que essa despesa não tem lógica nenhuma, que não cabe na cabeça de ninguém e que só se explica caso exista algum interesse que desconheça, comentando que se existir algum interesse também é preciso acabar com ele porque o que interessa é a boa gestão e é aquilo que é bom para o Município.-----

Prosseguindo a sua intervenção, o membro Sérgio Cirino disse que outra questão importante diz respeito aos indicadores de eficiência e eficácia, fazendo notar que, no contrato-programa para 2019, constava, relativamente a esses indicadores, o objetivo da redução do passivo em 10%. Referiu que ninguém sabe se esse objetivo foi, ou não, atingido, comentando que esse objetivo desapareceu do contrato-programa para 2020 e que isso talvez tenha acontecido porque o mesmo não foi cumprido, focando que o passivo é um dos grandes problemas da empresa municipal Feira Viva, a qual tem um passivo muito grande a fornecedores. Referiu que o Executivo Permanente se gaba da Câmara ter um passivo pequeno, mas que o passivo da Feira Viva é grande, parecendo um país com dois sistemas, como a China, questionando se não seria uma boa política diminuir o passivo nos dois lados. Realçou que se esse objetivo não foi atingido pela Feira Viva, essa era mais uma razão para que voltasse a constar do contrato-programa, para que fosse atingido, ao contrário de ser eliminado. -----

Disse também considerar que, nos indicadores de eficiência e eficácia, faltam indicadores de eficácia social, salientando que é preciso fixar objetivos no âmbito da utilização das piscinas municipais, como, por exemplo, o objetivo de aumentar 5 ou 10% o número das crianças do ensino básico que frequentam as piscinas, para que tenham a oportunidade de aprender a nadar, comentando que, para tal, talvez seja necessário haver um maior envolvimento da comunidade escolar. -----

Realçou ainda, aludindo ao Parque Ornitológico de Lourosa, que se o mesmo não consegue



dar lucro em termos financeiros, pelo menos que o dê em termos sociais, na educação ambiental e na participação na educação das pessoas, reafirmando que existe sempre margem para melhorar e que considera que a Feira Viva tem muita margem para isso. -----

Prosseguindo disse reconhecer, em relação ao Europarque, que foi feito algum trabalho, salientando que, anteriormente, havia uma falta de identificação dos feirenses com o Europarque porque tudo o que ali se fazia era associado ao Porto, mas que, felizmente, isso parece estar a acabar, o que é bom para o Município de Santa Maria da Feira. -----

Disse que aquilo que é mau é que o Europarque está sem destino, está um pouco à deriva, sem um plano de viabilidade que envolva, também, os feirenses, ressaltando que o pior que pode acontecer a um equipamento do género é não ter um rumo, que poderia passar pela aposta em parcerias com players internacionais ou pelo incentivo ao turismo de negócios, comentando que são várias as áreas que têm de se fazer nascer no Europarque. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Sérgio Cirino referiu que os investimentos têm de ter objetivos, metas definidas, pelo que cada decisão de investimento tem de ser acompanhada de uma repercussão mensurável, tanto na utilização económica do equipamento como na utilização social do mesmo, fazendo sobressair que é preciso dar um rumo bem definido ao Europarque e que esse rumo deve ser conhecido por todos. -----

-----  
Interveio a deputada municipal *Ana Patrícia Cunha* (PSD), que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: ----  
“O Contrato-Programa para 2020 a celebrar entre o Município e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E. M., prevê um financiamento através de receitas próprias de 69% e um subsídio à exploração do Município de 31%. -----

De facto, trata-se de um aumento no valor do subsídio suportado pelo Município em cerca de 263 mil euros, relativamente ao presente ano. Contudo, é de salutar que, prevendo-se um aumento natural da despesa, relacionados com os serviços externos ao nível da eletricidade, água, subcontratação de serviços: -----

- Não se aumentem os preços praticados, o que constituiria o aumento dos encargos para as famílias e associações, essencialmente feirenses, que utilizam os equipamentos disponíveis;---
- E se opte por investir no desporto, associativismo, saúde, lazer e bem-estar dos feirenses, desde os mais pequeninos aos mais idosos. -----



Pelo exposto, o Grupo do PSD na Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira considera que a proposta em discussão apresenta uma verdadeira aposta no desenvolvimento social e cultural, bem como na dinamização da prática desportiva e aquisição de hábitos de vida saudáveis dos feirenses.”-----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos, começando por dizer que a empresa municipal Feira Viva não tem aumentado os prejuízos, dando nota que o subsídio à exploração atribuído pelo Município à empresa municipal tem vindo a diminuir e que as receitas próprias da Feira Viva estão muito perto dos 70%, realçando que a lei prevê que as empresas municipais devem ser extintas quando as receitas próprias que têm são inferiores a 50%, mas que a Feira Viva está muito acima desse limite.----  
Disse ser preciso entender por que razão existe um subsídio à exploração, explicando que a existência do mesmo se deve aos preços sociais que são praticados, que não dão para cobrir os custos de exploração de alguns equipamentos. Salientou que as pessoas pagam um preço social para frequentar as piscinas municipais e que o Município quer manter esse preço social, que o Município quer manter o Parque Ornitológico de Lourosa apesar do mesmo apresentar um défice de exploração, que o Município quer manter a equipa de Natação Adaptada apesar desse projeto não apresentar resultados financeiros positivos, tal como quer que o Pavilhão da Lavandeira continue a ser utilizado pelos clubes concelhios, para a prática das diferentes modalidades desportivas, pagando um preço simbólico para tal utilização.-----  
Referiu que, portanto, há todo um conjunto de situações que o Município quer manter, frisando que tal não se prende com uma visão mercantilista, acrescentando que, se bem se recorda do que estudou, o mercantilismo é uma prática económica em que uma parte tenta explorar a outra ao máximo, focando que não é nada disso que se passa em relação à Feira Viva e que tal termo nem devia ser aplicado ao se falar da empresa municipal. -----  
Disse não haver uma visão de racionalidade económica, mas sim a aplicação de políticas sociais, na intervenção que a Feira Viva faz na sociedade, destacando que não há negócios vergonhosos, que é tudo transparente, e que a empresa municipal não tem aumentado os prejuízos, antes pelo contrário, que tem aumentado os seus resultados, daí os subsídios à exploração atribuídos pelo Município terem vindo a diminuir. -----  
Salientou que o membro Sérgio Cirino sabe perfeitamente qual o papel que tem a empresa





municipal Feira Viva, até porque já foi administrador da mesma, acrescentando que considera que a Feira Viva faz um trabalho meritório e tem a vantagem de, enquanto empresa municipal, ter um estatuto que lhe permite executar algumas economias de gestão e atuar mais rapidamente no mercado quando há necessidade disso, comparativamente com a Câmara Municipal.-----

Sobre a questão de que falta o parque do Cáster e que a Viagem Medieval se deveria prolongar por todo o ano, disse serem assuntos que já foram falados, por diversas vezes, com os administradores da Feira Viva, e com outras pessoas, ressaltando ter sérias dúvidas de que se deve transformar a envolvente ao Castelo num parque, mas que essa é a sua opinião, ressaltando que tais matérias são sempre discutíveis. Realçou que, da mesma maneira que foi reabilitada a Quinta do Castelo e a zona das Guimbras, há quem defenda que se deve construir um parque temático naquela zona, a funcionar todo o ano, mas que não sabe se o resultado seria o esperado porque, no seu entender, um dos atrativos da Viagem Medieval é ter de se esperar pelo período em que se realiza, comentando que se esse evento viesse a decorrer durante todo o ano não teria, se calhar, o mesmo valor que tem hoje.-----

Disse que existe, de facto, necessidade de fazer alguns investimentos, dando nota que o Pavilhão da Lavandeira é um exemplo disso e que tal investimento vai ser ali feito, ressaltando que, contudo, nenhum dos equipamentos deixou de funcionar por falta de investimento.-----

Sobre a questão das piscinas municipais deverem ter um ginásio associado, disse que a piscina municipal de Santa Maria da Feira já tem, que a de Lourosa também tem um pequeno ginásio, acrescentando que já se concluiu que a atividade física nas piscinas municipais exige ter, também, um ginásio, pelo que se vai tentar fazê-los nos próximos tempos.-----

Em relação à questão das rendas salientou que todo o equipamento que a Feira Viva tem, desde mobiliários, apetrechos, e outros materiais, tem de estar guardado em algum sítio, comentando que ainda não foi encontrada uma melhor solução daí a empresa municipal continuar a ter espaços arrendados.-----

Relativamente aos indicadores de eficácia da Feira Viva referiu que eles serão apresentados aquando da discussão do respetivo Relatório e Contas, salientando que não era isso que, naquele momento, estava a ser discutido.-----

Sobre a afirmação feita pelo membro Sérgio Cirino de que o Europarque não tem um plano de



viabilidade e que está à deriva, disse que isso não é verdade e que existe, claramente, a noção daquilo que se pretende para o Europarque. Referiu que a primeira tarefa foi, claramente, obtida e com sucesso, dando nota que o Europarque foi apropriado pelos feirenses e que basta ir ao Europarque, a qualquer dia e a qualquer hora, para perceber a quantidade de feirenses que andam naquele complexo a praticar exercício, ou simplesmente a caminhar. Frisou que o Europarque passou a fazer parte da vida dos feirenses, não só os da cidade de Santa Maria da Feira como, também, das freguesias vizinhas, dizendo considerar que, portanto, o complexo do Europarque já atingiu a componente de parque da cidade.-----

Disse que a estratégia passa, ainda, por viabilizar o Europarque enquanto centro de congressos, mas que há uma concorrência feroz nessa área, recordando que aqueles que eram os grandes clientes do Europarque, ligados aos bancos, já não o são porque, entretanto, esses bancos foram comprados por outros estrangeiros.-----

Informou que o número de eventos realizados no Europarque tem vindo a aumentar paulatinamente, e que essa tarefa exige muito esforço, acrescentando que foram realizadas reuniões com players internacionais, mas que, da análise das propostas que apresentaram, se concluiu que o Município se iria meter numa alhada porque a maioria deles queria que a Câmara lhes pagasse, e bem pago, para virem explorar o espaço, comentando que aquilo que eles vinham fazer não ia acrescentar nada. Referiu que esses players explicaram que Portugal não é um país central da Europa, salientando que se o Europarque estivesse localizado numa zona central, como Frankfurt, Londres, ou até em Beijim, na China, seria claramente um espaço atrativo para ser explorado pelos players internacionais, reafirmando que, apesar disso, o Europarque tem vindo paulatinamente a recuperar espaço.-----

Disse que todos percebem aquilo que está a acontecer à volta do Europarque, desde a clínica Lenitudes, desde o colégio que está instalado no complexo do Europarque, desde o ginásio que vai ser ali construído, com um restaurante acoplado, para o cliente de gama média/alta, desde o hotel que está em vias de ser concluído na parte de trás do Europarque, onde era o antigo IDIT, bem como as empresas de eletrónica que se vão instalar naquela envolvente.-----

Acrescentou que todos os terrenos junto ao Visionarium estão adquiridos e que o próprio edifício do Visionarium foi comprado por uma empresa de desenvolvimento de software, dando nota que essa empresa deverá abrir em fevereiro ou março de 2020 e que a mesma vai empregar, numa primeira fase, 120 engenheiros informáticos, e que prevê, numa segunda



fase, contratar 400 a 500 técnicos superiores.-----

Salientou que, portanto, o Município está a transformar toda aquela envolvente do Europarque num novo cluster, num novo aldeamento tecnológico, realçando que isso demora o seu tempo a concretizar, mas que as coisas estão a acontecer, sublinhando que a estratégia foi ter à volta do Europarque um conjunto de investimentos de empresas para, depois, essas próprias empresas serem alimentadoras dos eventos dentro do Europarque, frisando ser essa a estratégia que está a ser seguida, com alguns resultados, e que espera que se concretize. -----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara deu ainda nota que tanto ele como a Sra. Vice-Presidente da Câmara integram o Conselho de Administração da empresa municipal Feira Viva, realçando que a empresa municipal não está à deriva, pelo contrário, que está a ser gerida com muita atenção e muito cuidado. -----

De seguida, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor (PSD: 32, PS: 1 – Rui Alves Rios), 15 votos contra (PS: 12, BE: 2, CDU: 1) e 3 abstenções (CDS-PP: 1, PS: 2 – Valdemar Silva e Francisco Andrade), autorizar a celebração do Contrato-Programa para 2020 entre o Município de Santa Maria da Feira e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M., nos termos da deliberação camarária de 28 de outubro de 2019. -----

*Saiu o membro José Castro.*-----

**7 – Revisão da Carta Educativa do Município de Santa Maria da Feira**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 21 de outubro de 2019 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Acompanha a deliberação camarária suprarreferida a Revisão da Carta Educativa do Município de Santa Maria da Feira – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----



Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que, do ponto de vista técnico, não há nada de negativo por onde se possa pegar, salientando que o documento é extremamente complexo e extremamente completo na leitura que faz daquilo que foi o Município e na projeção que faz do futuro, não só quanto ao desenvolvimento do ponto de vista da Educação, mas, também, do ponto de vista geográfico e até do número de habitantes por freguesia. Referiu que as situações apontadas de perda de população devem ser alvo de alguma reflexão, no presente e no futuro, para que esse problema, que decorre do próprio desenvolvimento, seja minimizado, fazendo notar que se trata de um documento que será lido, pelo menos na diagonal, por todos os candidatos que queiram ficar minimamente preparados para concorrer nas próximas eleições autárquicas, para ficarem a perceber qual é a realidade do Município. -----

Disse ser igualmente de salientar o facto de, para desenvolver a Carta Educativa, terem sido ouvidos, se não todos, a grande maioria dos interessados, nomeadamente os partidos políticos, acrescentando que o documento se caracteriza, no fundo, pela sua qualidade, por toda a informação que tem e, também, como documento estratégico. -----

Realçou que, contudo, o documento não deixa de transparecer algumas necessidades, nomeadamente a criação da escola secundária de Paços de Brandão, bem como a necessidade de se percecionarem a educação e os edifícios escolares de uma outra forma. Referiu que a Sra. Vereadora da Educação, no âmbito do projeto Erasmus + e outros, tem visitado vários países e sabe que alguns deles estão mais desenvolvidos nestas áreas, onde os edifícios escolares são totalmente diferentes, não tendo, por exemplo, grades, dizendo ser incompreensível tratar uma escola como se fosse uma prisão, mas que isso continua a se verificar em Portugal. -----

Salientou também ser incompreensível que os pais continuem a ir de carro até à porta da escola para deixar os seus filhos, criando o pânico que se conhece à hora de entrada e de saída da escola, fazendo notar que existem países onde tal proceder até é proibido por lei. Referiu que também cabe ao Município tomar iniciativas de sensibilização bem como criar condições, nomeadamente no respeitante ao próprio transporte escolar, para evitar tais práticas e para promover a mudança destes hábitos. Disse haver crianças de 10, 11, 12 anos que, apesar de morarem a um quilómetro da escola, vão de carro para a mesma, comentando que há 20 anos não era assim e que não é por falta de segurança que tal acontece porque, neste momento, o País está mais seguro, pelo que considera que se regrediu em algumas situações sem razão



para tal. -----

Referiu também estar um pouco preocupado porque teima em não avançar a rede pública da educação pré-escolar, fazendo notar que a mesma está muito assente nas IPSS e que estas, em alguns casos, têm feito um excelente trabalho, mas que noutros casos, se calhar, não têm feito um excelente trabalho. Salientou que a educação deve ser pública e laica e que é sabido que nem todas as IPSS o são, pelo que considera que, no Município, a rede da educação pré-escolar deve ser repensada e reajustada face ao que se pretende para o futuro.-----

Concluindo a sua intervenção, o membro Filipe Moreira disse que um dos autores da Carta Educativa é um dos maiores especialistas na área do recreio infantil e do usufruto dos espaços ao ar livre e de educação física, e que o mesmo levantou precisamente uma questão nesse âmbito. Salientou que a CDU também tem vindo a falar desse aspeto ao longo dos anos, que tem vindo a dizer que os recreios têm demasiado cimento, que têm pouca vegetação e poucas infraestruturas para estimular as crianças à prática desportiva e ao convívio, pelo que considera que a Câmara Municipal deve agir para tornar os recreios escolares mais inclusivos.

-----  
Interveio o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) que referiu que a Carta Educativa é uma ferramenta que vai permitir avaliar as realidades que advirão ao Município nos próximos anos e, em função dessas informações, projetar o futuro e tomar as decisões políticas que tragam melhor qualidade ao Município. -----

-----  
O membro *Pedro Alves Ferreira* (BE) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: --

“Relativamente a este ponto, a Câmara apresenta-nos um documento extenso, mas a informação, na nossa opinião, continua um pouco desfasada daquilo que é a realidade. -----

Neste sentido, apontamos aqui alguns dos pontos que consideramos mais relevantes.-----

Relativamente ao levantamento realizado sobre o apetrechamento dos jardins de infância e das EB1, preocupa-nos o estado de conservação de alguns equipamentos, que se tornam inoperacionais num curto espaço de tempo.-----

Já sobre a internet, fundamental para o funcionamento de qualquer estrutura hoje em dia, é dito que existe rede, mas não tem, muitas vezes, sinal. Facto comprovado, mas que ainda assim não impede, não deve impedir o Município de apostar na aquisição de equipamentos necessários à operação da rede. -----





*[Handwritten signature]*

Isto também significa, na prática, que o investimento realizado não surte o efeito previamente proposto e amplamente divulgado junto dos munícipes, não deixando também de criticar a propaganda que foi realizada com a finalidade de embelezar uma iniciativa que está praticamente moribunda, a plataforma Edufeira, que foi financiada pelo Norte 2020, Portugal 2020, e pelo Fundo Social Europeu.-----

De referir ainda que muitos equipamentos que são analisados no documento não são, muitas vezes, propriedade do Município, mas sim das Associações de Pais que os adquirem e mantêm, mesmo não sendo essa a sua função. E estamos a falar de computadores, de quadros interativos, de fotocopiadoras, de impressoras.-----

E no que diz respeito ao ensino secundário percebe-se claramente que o Concelho perde alunos para concelhos limítrofes, mas a informação que diz que o contrário também sucede não parece, de todo, ser relevante, porque é necessário, de facto, uma intervenção séria na oferta neste nível de ensino e terá que especificar claramente de que forma será levada a cabo a questão de Paços de Brandão, que já trouxemos aqui à discussão, inclusive foi aprovada.-----

A Carta Educativa, mesmo sendo um bom documento e repleto daquilo que vulgarmente designaremos como boas intenções, as propostas de reconfiguração da rede educativa apenas se referem à oferta de ensino secundário na EB de Paços de Brandão. Está muito vago e é preciso criar prioridades e criar respostas sérias.-----

Também se prevê uma melhoria na rede de transportes intraconcelhia, quer nos fluxos para a sede do Concelho quer entre freguesias, e estas propostas devem passar a ser executadas rapidamente, pois, como sabemos, é das primeiras questões, é um dos fatores de decisão determinante na altura dos alunos fazerem as opções, especialmente no que se refere ao ensino secundário.-----

Já a criação do Centro Escolar, que já também aqui foi trazido à discussão, na antiga EB 2,3 Fernando Pessoa, pretende, pelo aquilo que é proposto, integrar o jardim infantil da Cruz, de Milheirós e a EB n.º 2 de Santa Maria da Feira. E nós questionamos o porquê de, num espaço com estas dimensões, não estar proposto também a integração da EB n.º 1 de Santa Maria da Feira.-----

No último ponto, lembramos e reafirmamos, neste contexto, a definição de estado satisfatório da EB1 de Santo António, em Rio Meão, assim como a não existência de propostas de intervenção nesta Carta. Tendo em conta a nossa recomendação relativamente a este



estabelecimento, assim como também as da ASAE, que visitou o estabelecimento ainda recentemente, parece-nos evidente que é uma prova inequívoca de uma avaliação negligente do estado real dos equipamentos.” – Fim de citação. -----

-----  
Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que o documento foi amplamente participado, e ainda bem, mas que não podia deixar de dizer que o mesmo é a prova mais concludente de que a Carta Educativa que o Município tinha já não servia, dizendo que esta situação deve servir de lição para o futuro. -----

Referiu que o Partido Socialista vinha dizendo, muitas vezes, que era preciso rever a Carta Educativa, salientando que, apesar de tal ter demorado vários anos, se conseguiu um bom documento, comentando que, contudo, as diretrizes constantes do mesmo já podiam ter sido implementadas há muito tempo. -----

Concluindo, disse que é preciso que a revisão dos documentos seja feita em tempo, para que as políticas sejam aplicadas no tecido social também em tempo. -----

-----  
Interveio a deputada municipal *Ana Patrícia Cunha* (PSD), que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: ----  
“A presente revisão da Carta Educativa integra uma caracterização mais pormenorizada e atualizada da realidade local. -----

Neste processo de revisão, não foram identificadas inconformidades entre a carta educativa e os princípios, objetivos e parâmetros técnicos, a que a elaboração da mesma está sujeita. -----

Após apreciação do documento de revisão da Carta Educativa deste Concelho, o Conselho Municipal de Educação, que fez o acompanhamento do processo de revisão, através de uma comissão de acompanhamento e debate, deliberou emitir parecer favorável, em reunião de 11 de outubro de 2019. -----

A Câmara Municipal deliberou também, por unanimidade, aprovar esta proposta. -----

Foi realizada uma sessão pública de debate do documento, em 19 de julho de 2019, permitindo a todos uma participação ativa. -----

O mérito da revisão da Carta Educativa reside, sem dúvida, no trabalho empenhado, dedicado e participado da autarquia nesta matéria. -----

Neste sentido, é submetida esta proposta à aprovação desta Assembleia, passando assim a



integrar o Plano Diretor Municipal. Podem agora os municípios articular entre si, nomeadamente através das respetivas entidades intermunicipais, o desenvolvimento de instrumentos de planeamento e ordenamento da rede educativa.”-----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que referiu ser da opinião que o documento merece um amplo consenso de todos os que participaram na sua elaboração, que houve uma abertura total e um amplo consenso, acrescentando que lhe apraz registar que esta revisão da Carta Educativa é um documento estratégico e, tal como os partidos foram unânimes em dizer, é um bom documento. -----

-----  
Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 48 votos a favor (PSD: 31, PS: 15, CDS-PP: 1, CDU: 1) e 2 abstenções (BE), aprovar a Revisão da Carta Educativa do Município de Santa Maria da Feira. -----

-----  
**8 – Desafetação do domínio público municipal para o domínio privado do Município de parcela de terreno sita no Lugar do Pontão/Eiras de Baixo, em Santa Maria da Feira (antigo Palácio da Justiça)**-----

**9 – Desafetação do domínio público municipal para o domínio privado do Município de parcela de terreno sita no Lugar da Igreja, em Fornos (Centro Escolar de Fornos)**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado pela Comissão Permanente, os mesmos seriam discutidos conjuntamente e submetidos à votação em separado. De seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou os assuntos, a que se referem as deliberações camarárias de 4 de novembro de 2019 – enviadas, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal.-----

-----  
Posto isto, verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu os assuntos, separadamente, a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados:-----

*8 – Desafetação do domínio público municipal para o domínio privado do Município de parcela de terreno sita no Lugar do Pontão/Eiras de Baixo, em Santa Maria da Feira (antigo*



*Palácio da Justiça)* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 49 votos a favor (PSD: 31, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1) e 1 abstenção (CDU), aprovar a desafetação do domínio público para o domínio privado do Município da parcela de terreno em referência, com a área de 7.870 m<sup>2</sup>, que confronta do norte com a Rua Dr. Alcides Strecht Monteiro, do sul com área ajardinada, do nascente com Elísio Gomes Moutinho e do poente com Praça/Praceta, a desanexar do prédio omissa na matriz predial urbana e descrito na competente Conservatória do Registo Predial sob o n.º 2395/20021004 da Feira – identificada em planta que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

*9 – Desafetação do domínio público municipal para o domínio privado do Município de parcela de terreno sita no Lugar da Igreja, em Fornos (Centro Escolar de Fornos)* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 50 votos a favor (PSD: 31, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1), aprovar a desafetação do domínio público para o domínio privado do Município da parcela de terreno com a área de 2.390 m<sup>2</sup>, que confronta do norte com Largo Padre José Alves de Pinho, do sul e poente com Município de Santa Maria da Feira, do nascente com Maria do Rosário Portela, a desanexar do prédio omissa na matriz predial urbana e descrito na competente Conservatória do Registo Predial sob o n.º 382/19950403 de Fornos – identificada em planta que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

**10 – Critério de imputação da dívida orçamental da Área Metropolitana do Porto a cada município associado** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 18 de novembro de 2019 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 48 votos a favor (PSD: 31, PS: 15,



01  
12  
1084

CDS-PP: 1, CDU: 1) e 2 abstenções (BE), dar o “acordo expresso”, para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com o critério de imputação da dívida orçamental da Área Metropolitana do Porto a cada município associado, deliberado pelo Conselho Metropolitano em 25 de outubro de 2019, conforme proposta apresentada. -----

**11 – Adenda ao contrato interadministrativo de Delegação de Competências – Autoridade de Transportes, entre a AMP e o Município** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 18 de novembro de 2019 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Acompanha a deliberação camarária suprarreferida a minuta do aditamento aos contratos interadministrativos de delegação de competências relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço de transportes de passageiros – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

A deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: -----

“Sobre este ponto o Bloco de Esquerda gostaria de dizer que remunerar os operadores apenas pelos quilómetros é insuficiente. Deveria ter-se em conta o cumprimento dos horários uma vez que os transportes públicos que não cumprem horários desincentivam a sua procura. -----

Outra questão é que os relatórios produzidos pelas unidades de acompanhamento devem ser públicos para que todos os munícipes os possam fiscalizar e escrutinar. -----

Referir ainda que é do conhecimento de todos que a rede de transportes de Santa Maria da Feira é insuficiente, e ficamos a saber que o Município solicitou o aumento das linhas em apenas 10%. Ou seja, vamos continuar a ter uma oferta insuficiente. -----

Ficamos também a saber que vamos pagar a renovação das frotas dos operadores privados, para que sejam ambientalmente um pouco mais responsáveis, pois vai ser permitido que este investimento privado se reflita no preço a pagar por quilómetro, como afirmou o Sr. vereador António Topa. -----





Dizer ainda que estes contratos, sendo um contrato por cada lote e um operador por contrato, serão pagos ao quilómetro, como foi referido anteriormente, daí a importância dos serviços prestados pelos operadores.-----

De salientar que a Área Metropolitana do Porto não tem qualquer experiência neste tipo de contratos, como reconheceu o Sr. Presidente da Câmara.-----

E, portanto, por estas razões, o Bloco de Esquerda irá abster-se neste ponto.” – Fim de citação.-----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer que a maior parte das reticências que foram levantadas fazem parte do caderno de encargos, dando nota que a opção recaiu na remuneração ao quilómetro dos operadores de transporte porque se entendeu que essa era a melhor forma, acrescentando que todos os autocarros terão GPS e serão monitorizados via on-line em relação ao cumprimento dos horários, e serão penalizados, ou não, consoante esse cumprimento.-----

Disse que, atualmente, tal monitorização não existe, dando nota que as operadoras têm uma determinada concessão, mas que, depois, não existe nenhuma forma de controlar se cumprem, ou não, os horários das carreiras, ou até se, às vezes, não fazem determinada carreira, acrescentando que o assunto foi amplamente debatido por todos os municípios da AMP e que estes entenderam que a solução escolhida é a melhor solução, dizendo que também ele considera que a solução é boa. -----

Referiu que, às vezes, se insiste tanto na afirmação de que há falta de transportes coletivos no Município que faz parecer que isso é verdade, quando os mesmos existem, ressaltando que o problema de Santa Maria da Feira é que os feirenses, na sua generalidade, optam pelo transporte individual, ressaltando que o uso do transporte coletivo caiu muito em desuso porque as pessoas começaram a ter rendimentos que lhes permitiram ter um carro, e passaram a fazer as suas deslocações em viatura própria. Salientou não ter dúvidas que, não fossem as crianças que se deslocam para as escolas, a grande maioria dos autocarros andariam vazios, e que considera não ser nem económica nem ambientalmente correto ter autocarros vazios a andar para trás e para a frente. -----

Concluindo, disse ter de se aguardar pela procura que o sistema vai suscitar, acrescentando que o mesmo vai ser implementado com prudência, que serão feitas as retificações que houver

---



a fazer, mas que não haja a ilusão de pensar que, de um momento para o outro, os feirenses vão começar a andar de autocarro.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 48 votos a favor (PSD: 31, PS: 15, CDS-PP: 1, CDU: 1) e 2 abstenções (BE), autorizar a celebração da proposta de adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competências – Autoridade de Transportes, entre a AMP e o Município, e respetivo compromisso plurianual, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

#### 12 – Alteração à Postura de Trânsito de Santa Maria da Feira -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 18 de novembro de 2019 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Acompanha a deliberação camarária suprarreferida a informação técnica e respetivo anexo (peça desenhada n.º 1) a que a mesma se refere – documentos que se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 50 votos a favor (PSD: 31, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1), aprovar a alteração da postura de trânsito em referência, no que concerne à confluência das Ruas Dr. João Magalhães, Dr. Eduardo Vaz e Alcides Branco, nos termos da deliberação camarária suprarreferida. -----

*Saiu o membro Armando Teixeira.* -----

#### 13 – Situação em que se encontra a Escola Básica e Jardim de Infância de Santo António



- Rio Meão (ao abrigo do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento)-----

O Sr. Presidente da Assembleia apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos da disposição regimental em referência e no seguimento da solicitação feita pelos membros Moisés Ferreira e Salomé Ventura, do grupo municipal do BE – registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 15.334, em 18 de novembro de 2019. Fez ainda alusão à recomendação que instrui o assunto e que foi enviada, oportunamente, aos membros da Assembleia Municipal, passando a palavra à deputada municipal Salomé Ventura para que fizesse a apresentação da mesma.-----

-----  
Usou da palavra a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que apresentou e explanou a recomendação em referência cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“INTERVENÇÃO URGENTE NA ESCOLA BÁSICA E JARDIM DE INFÂNCIA DE SANTO ANTÓNIO, RIO MEÃO -----

Na Escola Básica e Jardim de Infância de Santo António, em Rio Meão, tem várias salas com infiltrações de água e uma em particular em que pinga água da chuva do teto para cima da mesa da professora. A Câmara foi já alertada para o facto, mas nada faz. -----

Há ferros na zona do recreio que devem ser arrancados e que constituem um perigo para as crianças. A Câmara foi alertada para o facto, mas nada fez e os ferros continuam no recreio.---

Há a necessidade de pintar as salas de aula. A Câmara sabe do assunto, em tempos prometeu fazer essa intervenção, mas ficou pelas promessas.-----

Há casas de banho a precisarem de intervenção, sem saboneteiras e com canos remendados que molham as crianças quando se liga a água. A Câmara sabe, o valor destas intervenções é ridiculamente baixo, mas mesmo assim continua sem nada se fazer. -----

Na cozinha o termoacumulador e a máquina de lavar não funcionam, a louça é lavada à mão, em água fria. A Câmara sabe disso, mas não substitui o material avariado. Aliás, não substituiu o material avariado, nem instala material novo. A Associação de Pais ofereceu 4 computadores novos à escola para melhor a equipar. Os computadores foram oferecidos há cerca de 1 ano, mas em todo este tempo a Câmara não os instalou, o que simplesmente não se percebe.-----

A mesma Associação de Pais já alertou, e bem, para a necessidade de melhorar a segurança das crianças quando estas estão a sair da escola. A rua foi recentemente intervencionada e há



automóveis a passar em grande velocidade. Para além de se dever colocar lombas para obrigar a reduzir a velocidade, deveria existir, à porta da escola, uma barreira para impedir que as crianças saíssem para a rua a correr. -----

Esta situação é grave e exige atuação imediata. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 2 de dezembro de 2019, recomenda:-----

Que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira intervencione, de imediato, a Escola Básica e Jardim de Infância de Santo António, Rio Meão, no sentido de eliminar todos os pontos identificados e que degradam a qualidade da escola e do ensino ali prestado, nomeadamente:--

- a) Eliminação das infiltrações nas salas de aula; -----
- b) Pintura das salas de aula e substituição de caixilharia, de forma a climatizar as salas e potenciar a eficiência energética; -----
- c) Remoção de ferros e outros elementos do recreio que apresentem perigo para os alunos;-----
- d) Intervenção nas casas de banho, eliminando infiltrações e substituindo canos; -----
- e) Substituição do termoacumulador e da máquina de lavar louça;-----
- f) Instalação dos computadores oferecidos pela Associação de Pais; -----
- g) Colocação de lombas para redução de velocidade na rua; -----
- h) Colocação de barreira à porta da escola para segurança dos alunos.”-----

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que a situação que foi relatada pela Salomé Ventura é, no mínimo, caricata, dado estar em causa obras que são de um valor irrisório face àquele que é o Orçamento da Câmara, até para a área da Educação, pelo que não se percebe o porquê dessas obras não estarem concluídas. -----

Disse achar muito estranho que, depois da situação ter sido denunciada pela Associação de Pais, houvesse quem tenha lançado granadas de fumo na tentativa de desvirtuar a situação e de criar a desinformação relativamente a aspetos que são evidentes. Fez notar que a verdade é que chovia na sala de aulas, que estavam baldes em cima da secretária da professora para amparar a água da chuva, mas que havia quem tentasse distrair dessa situação e dissesse que tal era mentira, reafirmando que tal situação é incompreensível porque se está a falar de obras que são de valores muito irrisórios. -----

Realçou que, além disso, ainda se veio a saber que, muito recentemente, houve uma visita da



21  
[Handwritten signature]

ASAE àquele edifício escolar, tendo aquela entidade acabado por autuar a Câmara Municipal devido ao espaço da cantina. Disse que a escola só não ficou impedida de servir refeições porque as mesmas são servidas por uma empresa externa, comentando que se as refeições fossem confeccionadas naquela cantina, não poderiam continuar a ser ali confeccionadas. -----  
Referiu que este é um dos exemplos daquilo que ainda acontece no Município, recordando que já mencionou outros, como a existência de telhados com amianto em pelo menos três edifícios e a falta de ligação de escolas à rede de saneamento básico, acrescentando que a escola Fernando Pessoa, apesar de bastante recente, foi construída numa zona de leito de cheia, pelo que é afetada por bastantes problemas de humidade, designadamente nas madeiras da escola, como as portas e o soalho. -----

Concluindo a sua intervenção salientou que as obras em questão são, no fundo, de manutenção e de baixo custo, pelo que não consegue compreender porque é que a Câmara Municipal não agiu atempadamente para prevenir, para remediar e para resolver as situações em causa. -----

-----  
Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que disse que se tais questões estão sinalizadas por quem frequenta a escola e se são do conhecimento das entidades que gerem o espaço, espera que não seja preciso haver novamente penalizações ou que haja algum acidente para que se concretize a reabilitação da escola. -----

Referiu que a obra deve ser agilizada o mais rápido possível para que as crianças que frequentam a escola, e os respetivos pais, possam sentir conforto e confiança naquele espaço. -  
-----

Interveio a deputada municipal *Carla Adriana Pinto* (PS) que começou por dizer que não se compreende como é que, num concelho em que se diz que a educação representa uma das suas principais prioridades e que se afirma como um concelho educador, é possível acontecer este tipo de incongruências, apresentando escolas com os graves problemas que foram mencionados. Referiu não se poder tolerar a existência destes constrangimentos que, inclusivamente, constituem um perigo para as crianças. -----

Concluindo, deu nota que o grupo municipal do PS iria votar favoravelmente a recomendação e que exortava as demais bancadas a fazerem o mesmo, acrescentando que não basta dizer que se é a favor da educação e da qualidade para as crianças, que tem de se atuar, e que este seria

---





o momento para fazer isso. -----

De seguida, usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que disse que o assunto em discussão preocupa a Câmara, naturalmente, e que a mesma vai tentar resolver o problema, informando que as equipas de trabalho da Câmara estiveram naquela escola, no início deste ano, e não detetaram a infiltração. Realçou que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rio Meão também está a verificar a situação, ressaltando que vão ser feitas as reparações necessárias naquela escola. -----

Posto isto, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor da recomendação (PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1), 30 votos contra (PSD) e 1 abstenção (PS – Valdemar Silva), rejeitar a recomendação apresentada pelo grupo municipal do BE – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

O membro *José Manuel Leão* (PSD) fez a seguinte declaração de voto: -----

“Querida fazer uma declaração de voto porque o PSD votou contra porque isto é um autêntico aproveitamento político de uma situação que é conhecida publicamente, porque a Junta de Freguesia de Rio Meão, infelizmente hoje o Sr. Presidente de Junta não está cá, porque era ele que estava combinado vir falar sobre o assunto, já se comprometeu a resolver o problema de imediato. E agendaram isto mesmo sabendo que o assunto vai ser resolvido, conforme acabou de dizer agora o Sr. Presidente da Câmara. -----

Votamos a favor, ou melhor, votamos contra, sendo a favor de que as obras sejam realizadas rapidamente. -----

Podem-se rir à vontade, mas expliquei de forma muito fácil de entender, um mais um é igual a dois, sabe-se que o problema existe, quem agendou sabia que este problema ia ser resolvido rapidamente, mas, mesmo assim, tentou tirar aproveitamento político porque isto, para a estatística, é importante para o Bloco de Esquerda porque apresenta mais uma recomendação e agendou mais um ponto na ordem de trabalhos na Assembleia Municipal. Mas não resolveu problema nenhum porque o problema já está a ser resolvido.” -----



A deputada municipal *Carla Adriana Pinto* (PS) fez a seguinte declaração de voto: -----  
“Pura e simplesmente para dizer que votamos favoravelmente porque somos a favor das obras.” -----

A deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) fez a seguinte declaração de voto: -----  
“O Bloco de Esquerda votou favoravelmente a proposta que trouxe aqui porque não tem conhecimento de que o que foi trazido aqui está a ser resolvido, aliás, nem a própria escola tem essa informação. O Sr. Presidente acabou de dizer que os técnicos se deslocaram à escola e não verificaram qual é que era a infiltração, em janeiro, mas as infiltrações são só um pequeno problema no meio dos outros. Portanto, a questão não é essa. A questão é que há problemas que se perpetuam e que não foram resolvidos, entretanto. Não é só as infiltrações.” -----

**14 – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira -----**  
**- Designação de uma pessoa de entre os cidadãos eleitores para substituição de Sónia Manuela Sousa Teixeira, designada pela Assembleia Municipal por deliberação de 01/02/2019 -----**

Assunto tratado no início da sessão (previamente ao Período de Antes da Ordem do Dia). -----

*Reentrou o membro José Castro.* -----

**15 – Cedência e reconversão das instalações camarárias da antiga escola da Carvalhosa, em Arrifana, para casa das associações de Arrifana (ao abrigo do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento)-----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos da disposição regimental em referência e no seguimento da solicitação feita pelo membro *Ângelo Santos*, do CDS-PP – registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 15.534, em 21 de novembro de 2019. Fez ainda alusão à recomendação que instrui o assunto e que foi enviada, oportunamente, aos membros da Assembleia Municipal, passando a palavra ao membro *Ângelo Santos* para que fizesse a apresentação da mesma. -----

Usou da palavra o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que apresentou e explanou a -----



recomendação em referência cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“A casa das associações é uma infraestrutura destinada à realização de atividades de índole artística, educativa, cultural e desportiva, regendo-se por princípios de qualidade e diversidade que cimeta a identidade cultural da população e do local, e democratiza o acesso à cultura e o desenvolvimento das associações locais de diversificados domínios. -----

Este espaço possibilitaria a reunião, em condições relativamente dignas e adequadas, das diferentes associações que entendessem beneficiar do mesmo, além de que permitiria a promoção e o apoio de iniciativas diversas que aproximassem programas e projetos de animação à população local.-----

Em trinta de setembro de dois mil e dezanove, a Junta de Freguesia de Arrifana realizou uma Assembleia de Freguesia, na qual apresentava três pontos na ordem de trabalhos. O terceiro ponto que integrava a ordem de trabalhos da Assembleia de Freguesia consistia num ponto complementar apresentado por António Santos, membro da Assembleia de Freguesia eleito pelo CDS. -----

Esse ponto era consistente com um pedido de apreciação e votação de um parecer da Assembleia de Freguesia relativo a um possível aumento da casa das associações de Arrifana, contudo o objetivo primordial deste ponto da ordem de trabalhos assentava na entrega da totalidade das instalações camarárias da antiga escola da Carvalhosa para gestão, inicialmente da Junta de Freguesia de Arrifana, e assim poder protocolar com as associações da freguesia de Arrifana para poderem usufruírem das instalações em questão.-----

O mesmo ponto indicava também que, na eventualidade da votação da Assembleia de Freguesia ser favorável ao ponto apresentado, o executivo da Junta de Freguesia de Arrifana deveria interceder e colocar a apreciação da Câmara Municipal o ponto em questão (que se encontraria então aprovado por unanimidade em Assembleia de Freguesia).-----

Como membro da Assembleia Municipal do CDS-PP, considero que Arrifana é uma freguesia que apresenta uma significativa deficiência de infraestruturas de apoio e suporte à dinamização cultural da população local, pelo que é fundamental a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal ponderar a viabilização de um projeto de apoio às associações locais da freguesia de Arrifana.-----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária a dois de dezembro de dois mil e dezanove, delibera a proposta de recomendação: ---



1. A cedência total das instalações camarárias da antiga escola da Carvalhosa à gestão da Junta de Freguesia de Arrifana, salvaguardando por intermédio da realização de um protocolo, a posterior cedência total das instalações anteriormente mencionadas à utilização corrente por parte das associações da freguesia de Arrifana; -----
2. A realização de um protocolo entre a Junta de Freguesia de Arrifana e as associações locais que usufruam do espaço, de forma a garantir que o espaço permanece sobre o jugo da Junta de Freguesia, não obstante o espaço ser explorado por as associações que assim o entendam fazer; -----
3. A recuperação, prévia à cedência, das instalações referenciadas na presente proposta de recomendação de forma a estas apresentarem condições dignificantes e propícias à utilização diária por parte das associações da freguesia de Arrifana e da população local; -----
4. Exigência de uma determinação célere da presente proposta e deliberações assumidas na mesma, na eventualidade desta ser aprovada em Assembleia Municipal.”-----

-----  
Interveio o membro *Henrique Portela* (PS) que começou por dizer que o Partido Socialista votou favoravelmente este assunto na Assembleia de Freguesia de Arrifana, e que também iria votar favoravelmente a recomendação que o CDS-PP trouxe a esta Assembleia Municipal, dando ainda nota que o Partido Socialista irá pedir o agendamento de um ponto para que, na próxima sessão a realizar pela Assembleia de Freguesia, seja discutido o regulamento para apoio às associações de Arrifana.-----

Concluindo salientou que, como é normal no Partido Socialista, este não está a olhar para partidos para votar a favor ou contra determinado assunto. -----

-----  
Interveio o membro *Delfim Silva* (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana, que começou por dizer que o assunto em questão é quase um não assunto, tendo em conta aquilo que a própria Junta de Freguesia tem vindo a falar com a Sra. Vereadora Cristina Tenreiro em relação à metade da escola que falta ceder à Junta de Freguesia. Deu nota que uma metade da escola já foi cedida à Junta de Freguesia e que esta, posteriormente, celebrou protocolos com as quatro associações que, neste momento, já estão instaladas naquele espaço.-----

Informou que a parte da escola que falta ceder está a ser usada pela Orquestra Criativa, designadamente para guardar os instrumentos musicais, salientando que a Sra. Vereadora está



a tentar encontrar soluções no sentido de também poder ceder essa parte da escola à Junta de Freguesia de Arrifana.-----

Disse ser óbvio que a Junta de Freguesia receberia essa parte da escola de mãos abertas, comentando que qualquer junta de freguesia o faria, principalmente quando tem associações que não têm sede própria, frisando ser esse o caso de Arrifana porque tem algumas associações que ainda não têm a sua sede instalada.-----

Concluindo a sua intervenção reafirmou que, portanto, o assunto não é um assunto propriamente dito, mas que compreende a apresentação da recomendação, acrescentando que a mesma serve para reforçar todo o trabalho que a Junta de Freguesia tem vindo a fazer junto da Câmara Municipal, salientando estar a aguardar que, a todo o momento e conforme já foi prometido pela Sra. Vereadora, seja possível concretizar a cedência.-----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dar uma nota prévia, salientando que é preciso que todos comecem a perceber quais são as competências de um órgão deliberativo e de um órgão executivo, dizendo que começa a ver alguma confusão no papel de cada um.-----

Sobre a matéria em questão salientou que tem sido política da Câmara, sempre que uma escola fica vazia, falar com a respetiva junta de freguesia para ver se há a proceder à instalação de alguma associação naquele espaço, ressaltando que tem sido assim em quase todas as freguesias e que o mesmo se está a passar em Arrifana. Referiu que similar situação já aconteceu em relação à antiga escola de Manhouce, salientando que, pelo que sabe, já estarão ali instaladas algumas instituições, fazendo notar que este é um processo que a Câmara vai gerindo conforme as disponibilidades e as necessidades.-----

Disse que, no caso da antiga escola da Carvalhosa, já estão instaladas algumas associações naquele edifício, dando nota que o espaço está todo ocupado e que apenas uma parte do mesmo está afeta à Orquestra Criativa, a qual usa esse espaço para guardar os instrumentos e para fazer alguns ensaios, comentando que a Orquestra Criativa é um projeto municipal que considera muito interessante e que a mesma tem de estar alojada nalgum sítio.-----

Concluindo a sua intervenção referiu que, naturalmente, a Câmara vai encontrando as melhores soluções conjuntamente com as juntas de freguesia, e que é isso que está a acontecer no caso de Arrifana, pelo que entende que não há necessidade nenhuma da Assembleia

---





Municipal tomar esta deliberação porque é um assunto que a Câmara trata regularmente com todas as juntas de freguesia, quando se põe uma situação destas. -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* questionou ao membro Ângelo Santos se, tendo em conta as explicações dadas, queria manter a intenção do assunto ser submetida a votação – ao que o mesmo respondeu afirmativamente, na forma de recomendação – pelo que, de seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a recomendação a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 50 votos a favor (PSD: 31, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1), aprovar a recomendação apresentada pelo membro Ângelo Santos – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* pediu a palavra para dar nota que a recomendação tem algumas questões de propriedade e de instrumentos jurídicos que podem não ser possíveis de seguir, ressaltando que aquilo que está feito, está feito, e que a Câmara Municipal vai continuar a fazê-lo com a Junta de Freguesia, e que isso era importante ressaltar. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* disse que não se quis imiscuir na discussão do assunto mas que também queria alertar a Assembleia para o aspeto que o *Sr. Presidente da Câmara* acabou de mencionar, acrescentando que o respeito institucional deve existir entre os diferentes órgãos, que devem ser respeitados os órgãos próprios de Arrifana, designadamente a Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia, bem como a Câmara Municipal, de maneira a que a Assembleia Municipal não se sobreponha a decisões que competem, em primeira linha, à Assembleia de Freguesia. Salientou que, dito isto, a recomendação foi aprovada, acrescentando julgar que todos estariam de acordo com a cautela que foi referida. -----

#### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Não houve inscrições para intervir neste Período. -----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu



a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. -----

Nada mais havendo a tratar, às 00 horas e 45 minutos do dia 3 de dezembro de 2019, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

**O Presidente,**

**A 1.ª Secretária,**

**A 2.ª Secretária,**